



Ministério da Educação – MEC
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL
Pró-reitora Administrativa - PRA
Coordenação de Finanças e Contabilidade – CFC
Contadoria Geral - CONTGER

RELATÓRIO CONTÁBIL

Exercício 2021

- ✓ *Declaração do Contador*
- ✓ *Demonstrações Contábeis*
- ✓ *Notas Explicativas*

REITORA UFPEL

Isabela Fernandes Andrade - Gestão 2021/2024

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Hartlebem Peter - Gestão 2021/2024

COORDENADORA DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE- CFC

Fernanda e Silva Rodrigues

CONTADOR GERAL DA UFPEL

Leonardo Pinto Ortiz
CRC RS 089096

CHEFE NÚCLEO FINANCEIRO – NUFINC

Cristiane Medianeira Canabarro Flores Hubner

CHEFE SEÇÃO CONTÁBIL - SCONT

Giovani Luiz Garcia Costantini
CRC RS 082667

CHEFE SEÇÃO DE ANÁLISE E REGISTRO CONTÁBIL DOS CONTRATOS – SARCC

Alexandre Doro Bittencourt
CRC RS 082170

CHEFE SEÇÃO DE LIQUIDAÇÃO DA DESPESA – SLD

Fernanda Patzlaff Neuenfeld

CHEFE SEÇÃO DE PAGAMENTOS - SPAG

Gabriel Montebianco Leal

CHEFE SEÇÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS - SDP

Anderson Chollet

CONTATO CFC

cfc@ufpel.edu.br

1. DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR - COM RESTRIÇÃO	1
2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	2
2.1 Balanço Patrimonial.....	2
2.2 Balanço Orçamentário.....	5
2.3 Balanço Financeiro	7
2.4 Demonstrações das Variações Patrimoniais	9
2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
3. NOTAS EXPLICATIVAS – ABRANGÊNCIA E CONTEÚDO	13
3.1 Estrutura Organizacional da UFPEL	13
3.2 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	14
3.3 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	14
4. NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	17
4.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial.....	17
4.2 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário.....	28
4.3 Notas Explicativas do Balanço Financeiro	41
3.4 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais	49
3.5 Notas Explicativas da Demonstração Dos Fluxos De Caixa – DFC	55

1. DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR - COM RESTRIÇÃO

Esta declaração se refere às demonstrações contábeis consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2021 e suas notas explicativas da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 8ª edição) e com o Manual SIAFI, exceto quanto aos aspectos mencionados a seguir.

- a) Falta de avaliação dos bens móveis: no que tange a avaliação/reavaliação do ativo imobilizado do órgão, apenas os bens imóveis estão com saldo atualizado devido a reavaliação efetuada em setembro de 2017. Quanto aos bens móveis, não houve reavaliação em 2021, estando assim, em desconformidade com a Portaria nº 548 da STN de setembro de 2015;
- b) Saldo contábil dos bens móveis não confere com o Relatório Mensal de Bens (RMB) devido a falhas no sistema de controle patrimonial que registra as informações dos bens móveis. A diferença líquida é de R\$ 28.792,98 a menor em relação ao saldo contábil.
- c) Implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) não realizada na data de 01/12/2021 prevista pela Portaria nº 232/2020 do Ministério da Economia. Contudo, segundo informações da Coordenação de Material e Patrimônio (SEI nº 1555235) a implantação do sistema já foi iniciada e a sua previsão de utilização é para fevereiro de 2022.
- d) Falta de registro depreciação do Ativo Imobilizado nos bens móveis, desde junho de 2015. Devido a problemas nos cálculos da depreciação efetuados pelo sistema de controle patrimonial em uso neste órgão. O registro da depreciação dos bens móveis ocorreu até maio de 2015, sendo calculada sobre a reavaliação/redução a valor recuperável dos veículos de tração mecânica, embarcações e aeronaves e quanto aos demais bens móveis, somente sobre os valores dos bens adquiridos a partir de 2010. Conforme comunica 2018/1495392 da Setorial Contábil do MEC, bem como a Portaria nº 232/2020 do Ministério da Economia, o órgão irá adotar o Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) como sistema de controle dos bens móveis.
- e) Convênios com valores a comprovar com data expirada na unidade gestora UFPEL no montante aproximado de R\$ 79,9 milhões. Isso corresponde a 21 convênios que estão aguardando registro de comprovação. No SICONV consta 11 convênios com situação de prestação de contas enviada para análise, cujo montante aproximado é de R\$ 36 milhões.
- f) Existência de convênios com valores a liberar no montante aproximado de R\$ 2,7 milhões com vigência expirada. Esse valor, corresponde a 12 convênios que ainda constam nas contas de Atos Potenciais Passivos de Convênios e Instrumentos Congêneres a liberar.
- g) Valores de Termo de Execução Descentralizada (TED) a comprovar com data expirada pelo montante aproximado de R\$ 39 milhões. Esse montante corresponde a 20 TED's, sendo 17 pertencentes a unidade gestora da UFPEL e 3 da unidade do Hospital Escola, cujo prazo de prestação de contas encontram-se vencidos a mais de 180 dias;
- h) Valores referente a Termo de Execução Descentralizada (TED) a repassar com data expirada. Até o final do exercício de 2021 restaram registrados 14 TED's a repassar com data do termo de execução descentralizada expirada, totalizando R\$ 90.903,09.

- i) Saldo na conta de Bens Imóveis Não Registrados no SPIUnet pelo montante aproximado de R\$ 30,7 milhões. Esse montante corresponde a finalização de seis obras de reformas, cujos os saldos foram baixados da conta de Obras em Andamento e transferidos para conta de Bens Imóveis Não Registrados no SPIUnet. Contudo, essa conta é utilizada transitoriamente até que os saldos das referidas obras sejam incorporados aos imóveis registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial (SPIUNET).

Cabe salientar que a presente declaração foi elaborada com base na análise dos demonstrativos e dos auditores contábeis mediante monitoramento e acompanhamento permanente por esta Contadoria Geral (CONTGER), bem como pela valiosa contribuição da Seção Contábil (SCONT).

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Pelotas, RS 28 de janeiro de 2022.

LEONARDO PINTO ORTIZ
CRC RS 089096/O-0

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise dos dados de cada demonstrativo para elaboração das notas explicativas foi feita com base na revisão analítica, considerando os valores e/ou percentuais mais relevantes e a materialidade do item/conta contábil consolidados das unidades gestoras vinculadas a UFPEL, por meio da análise horizontal e vertical e interdemonstrativos (identificação da contrapartida dos registros - análise cruzada).

2.1 Balanço Patrimonial

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		70.794.030,47	67.799.127,14
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	56.214.582,57	58.347.197,38
Créditos a Curto Prazo		14.006.748,81	8.869.037,88
Clientes		5.619,82	5.619,82
Demais Créditos e Valores		14.001.128,99	8.863.418,06
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques	02	559.351,34	554.465,12
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		13.347,75	28.426,76
ATIVO NÃO CIRCULANTE		675.321.901,23	664.315.864,53
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-
Estoques		-	-
Investimentos		97.346,71	97.346,71
Participações Permanentes		97.346,71	97.346,71
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		97.346,71	97.346,71
Propriedades para Investimento		-	-
Propriedades para Investimento		-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-



Imobilizado	03	674.748.956,05	663.749.329,25
Bens Móveis		164.033.298,45	159.005.718,46
Bens Móveis		178.169.153,10	173.141.573,11
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-14.135.854,65	-14.135.854,65
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-
Bens Imóveis		510.715.657,60	504.743.610,79
Bens Imóveis		518.050.676,69	511.870.652,05
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-7.335.019,09	-7.127.041,26
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-
Intangível	04	475.598,47	469.188,57
Softwares		475.598,47	469.188,57
Softwares		475.598,47	469.188,57
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-
Direitos de Uso de Imóveis		-	-
Direitos de Uso de Imóveis		-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-
Diferido		-	-
TOTAL DO ATIVO		746.115.931,70	732.114.991,67

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE		168.793.787,45	203.354.496,55
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	08	59.992.957,91	59.043.624,97
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	05	1.274.604,83	1.432.116,18
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		2.238,10	4.031,76
Obrigações de Repartição a Outros Entes		1.586.070,00	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		105.937.916,61	142.874.723,64
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.459.939,03	5.326.648,80
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		417.993,63	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		4.842.408,00	5.326.648,80
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		199.537,40	-
Resultado Diferido		-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		174.253.726,48	208.681.145,35
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		-	-
Resultados Acumulados		571.862.205,22	523.433.846,32
Resultado do Exercício		49.001.132,39	-7.901.973,17
Resultados de Exercícios Anteriores		523.433.846,32	524.653.641,00

Ajustes de Exercícios Anteriores	06	-572.773,49	6.682.178,49
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		571.862.205,22	523.433.846,32
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		746.115.931,70	732.114.991,67

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO		56.214.582,57	58.347.197,38	PASSIVO FINANCEIRO		75.815.970,62	87.718.070,75
ATIVO PERMANENTE		689.901.349,13	673.767.794,29	PASSIVO PERMANENTE		116.783.670,41	155.330.998,28
				SALDO PATRIMONIAL		553.516.290,67	489.065.922,64

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos				ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		57.718.724,88	70.882.535,16	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		104.358.187,57	119.346.313,62
Atos Potenciais Ativos		57.718.724,88	70.882.535,16	Atos Potenciais Passivos		104.358.187,57	119.346.313,62
Garantias e Contragarantias Recebidas		4.323.837,68	8.008.796,97	Garantias e Contragar. Conced.		-	-
Direitos Conven e Outros Instrum Cong.		52.569.388,26	62.108.465,19	Obrig. Conv. e Outros Instru Cong.		6.012.884,16	6.901.816,04
Direitos Contratuais		825.498,94	765.273,00	Obrigações Contratuais	07	98.345.303,41	112.444.497,58
Outros Atos Potenciais Ativos		-	-	Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
TOTAL		57.718.724,88	70.882.535,16	TOTAL		104.358.187,57	119.346.313,62

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-16.354.040,04
Recursos Vinculados	-3.247.348,01
Educação	-300.078,29
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-1.799.952,90
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-1.687.214,93
Alienação de Bens e Direitos	125.170,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	514.728,11
TOTAL	-19.601.388,05

2.2 Balanço Orçamentário

Exercício 2021

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	09	2.657.847,00	2.657.847,00	1.479.634,17	-1.178.212,83
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Impostos		-	-	-	-
Taxas		-	-	-	-
Contribuições de Melhoria		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Contribuições Sociais		-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.		-	-	-	-
Receita Patrimonial		366.933,00	366.933,00	205.880,23	-161.052,77
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		356.847,00	356.847,00	178.453,78	-178.393,22
Valores Mobiliários		10.086,00	10.086,00	27.426,45	17.340,45
Delegação de Serviços Públicos		-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais		-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	-	-
Cessão de Direitos		-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	-	-
Receita Agropecuária		8.000,00	8.000,00	18.190,00	10.190,00
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		2.097.440,00	2.097.440,00	889.828,74	-1.207.611,26
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		2.097.440,00	2.097.440,00	889.748,74	-1.207.691,26
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras		-	-	-	-
Outros Serviços		-	-	80,00	80,00
Transferências Correntes		124.000,00	124.000,00	46.390,00	-77.610,00
Outras Receitas Correntes		61.474,00	61.474,00	319.345,20	257.871,20
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		61.474,00	61.474,00	157.803,39	96.329,39
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	157.961,81	157.961,81
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		-	-	-	-
Demais Receitas Correntes		-	-	3.580,00	3.580,00
RECEITAS DE CAPITAL		352.080.348,00	352.080.348,00	-	-352.080.348,00
Operações de Crédito		350.954.957,00	350.954.957,00	-	-350.954.957,00
Operações de Crédito Internas		350.954.957,00	350.954.957,00	-	-350.954.957,00
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Alienação de Bens		144.150,00	144.150,00	-	-144.150,00
Alienação de Bens Móveis		144.150,00	144.150,00	-	-144.150,00
Alienação de Bens Imóveis		-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		981.241,00	981.241,00	-	-981.241,00
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Integralização do Capital Social		-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil		-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Demais Receitas de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		354.738.195,00	354.738.195,00	1.479.634,17	-353.258.560,83
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-

Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		354.738.195,00	354.738.195,00	1.479.634,17	-353.258.560,83
DEFICIT	10			841.289.981,50	841.289.981,50
TOTAL		354.738.195,00	354.738.195,00	842.769.615,67	488.031.420,67
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	5.360.710,00	-	-5.360.710,00
Superavit Financeiro		-	-	-	-
Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	5.360.710,00	-	-

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		846.475.783,00	851.503.634,00	839.923.035,87	837.109.501,29	781.704.716,53	11.580.598,13
Pessoal e Encargos Sociais		754.973.839,00	760.360.336,00	744.432.766,93	744.432.766,93	692.120.559,15	15.927.569,07
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		91.501.944,00	91.143.298,00	95.490.268,94	92.676.734,36	89.584.157,38	-4.346.970,94
DESPESAS DE CAPITAL		2.600.826,00	2.933.685,00	2.846.579,80	938.337,37	904.547,14	87.105,20
Investimentos		2.600.826,00	2.933.685,00	2.846.579,80	938.337,37	904.547,14	87.105,20
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		849.076.609,00	854.437.319,00	842.769.615,67	838.047.838,66	782.609.263,67	11.667.703,33
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		849.076.609,00	854.437.319,00	842.769.615,67	838.047.838,66	782.609.263,67	11.667.703,33
TOTAL	11	849.076.609,00	854.437.319,00	842.769.615,67	838.047.838,66	782.609.263,67	11.667.703,33

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - NE 12

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.618.525,88	12.198.232,54	11.577.711,79	10.718.898,96	395.027,27	3.702.832,19
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.618.525,88	12.198.232,54	11.577.711,79	10.718.898,96	395.027,27	3.702.832,19
DESPESAS DE CAPITAL	12.502.544,13	7.048.621,13	8.465.647,92	7.526.056,49	304.668,04	11.720.440,73
Investimentos	12.502.544,13	7.048.621,13	8.465.647,92	7.526.056,49	304.668,04	11.720.440,73
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	15.121.070,01	19.246.853,67	20.043.359,71	18.244.955,45	699.695,31	15.423.272,92

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS - NE 12

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	90.372,41	52.768.273,44	52.770.917,04	-	87.728,81
Pessoal e Encargos Sociais	-	48.603.182,20	48.603.182,20	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	90.372,41	4.165.091,24	4.167.734,84	-	87.728,81
DESPESAS DE CAPITAL	7.310,75	283.613,99	283.613,99	-	7.310,75
Investimentos	7.310,75	283.613,99	283.613,99	-	7.310,75
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	97.683,16	53.051.887,43	53.054.531,03	-	95.039,56

2.3 Balanço Financeiro

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
Receitas Orçamentárias		1.479.634,17	1.442.227,05
Ordinárias		-	-
Vinculadas		1.577.897,52	1.557.155,98
Educação		4.248,53	8.150,90
Seguridade Social (Exceto Previdência)		306,39	
Previdência Social (RPPS)		-	-
Alienação de Bens e Direitos		2.400,00	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.570.942,60	1.549.005,08
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-98.263,35	-114.928,93
Transferências Financeiras Recebidas		895.412.488,68	911.190.999,72
Resultantes da Execução Orçamentária		877.010.445,55	888.348.481,62
Repasse Recebido		835.271.094,54	846.061.712,85
Sub-repasse Recebido		41.739.351,01	42.286.768,77
Independentes da Execução Orçamentária		18.402.043,13	22.842.518,10
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		17.290.135,82	21.597.588,89
Demais Transferências Recebidas		9.880,00	555,68
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.102.027,31	1.244.373,53
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		60.852.350,31	72.510.437,10
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		55.438.574,99	52.811.075,52
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		4.721.777,01	19.246.853,67
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		140.419,74	208.111,61



Outros Recebimentos Extraorçamentários		551.578,57	244.396,30
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			0,02
Arrecadação de Outra Unidade		551.578,57	244.394,28
Demais Recebimentos			2,00
Saldo do Exercício Anterior		58.347.197,38	58.519.452,89
Caixa e Equivalentes de Caixa		58.347.197,38	58.519.452,89
TOTAL	13	1.016.091.670,54	1.043.663.116,76

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
Despesas Orçamentárias		842.769.615,67	863.981.353,68
Ordinárias		609.298.803,08	515.487.120,85
Vinculadas		233.470.812,59	348.494.232,83
Educação		6.167.867,38	6.273.914,67
Seguridade Social (Exceto Previdência)		135.290.601,97	114.346.470,98
Previdência Social (RPPS)		90.014.518,18	132.469.806,11
Dívida Pública			87.666.723,13
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.997.825,06	7.737.317,94
Transferências Financeiras Concedidas		45.604.295,74	44.314.412,58
Resultantes da Execução Orçamentária		41.803.682,77	42.350.571,64
Repasse Concedido		57.825,54	63.802,87
Sub-repasse Concedido		41.739.351,01	42.286.768,77
Repasse Devolvido		6.506,22	
Independentes da Execução Orçamentária		3.800.612,97	1.963.840,94
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		3.155.766,33	1.577.186,19
Demais Transferências Concedidas		24.946,74	39.945,33
Movimento de Saldos Patrimoniais		619.899,90	346.709,42
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Pagamentos Extraorçamentários		71.503.176,56	77.020.153,12
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		53.054.531,03	57.358.462,07
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		18.244.955,45	19.416.300,55
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		203.690,08	245.388,48
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	2,02
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento			0,02
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores			2,00
Saldo para o Exercício Seguinte		56.214.582,57	58.347.197,38
Caixa e Equivalentes de Caixa		56.214.582,57	58.347.197,38
TOTAL	14	1.016.091.670,54	1.043.663.116,76

2.4 Demonstrações das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	15	996.714.593,11	948.965.475,17
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.086.558,92	1.217.940,53
Venda de Mercadorias		23.214,00	17.033,00
Vendas de Produtos		-	380,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.063.344,92	1.200.527,53
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		27.664,93	21.926,97
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		27.664,93	21.926,97
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		923.541.953,20	913.848.325,32
Transferências Intragovernamentais		895.412.488,68	911.190.999,72
Transferências Intergovernamentais		-	118.824,70
Transferências das Instituições Privadas		46.390,00	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		28.083.074,52	2.538.500,90
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		71.187.492,29	33.556.713,06
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		33.105,44	35.319,77
Ganhos com Desincorporação de Passivos		71.154.386,85	33.521.393,29
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		870.923,77	320.569,29
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		870.923,77	320.569,29
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	16	947.713.460,72	956.867.448,34
Pessoal e Encargos		524.863.293,93	515.617.690,65
Remuneração a Pessoal		412.038.101,39	405.736.417,97
Encargos Patronais		96.713.796,57	93.484.414,58
Benefícios a Pessoal		16.111.395,97	16.396.858,10

Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	254.066.702,34	250.348.923,50
Aposentadorias e Reformas	210.678.523,81	209.023.747,36
Pensões	35.625.063,91	33.559.671,52
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	7.763.114,62	7.765.504,62
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	60.344.366,45	62.800.504,83
Uso de Material de Consumo	5.163.135,29	7.123.286,90
Serviços	54.676.002,24	54.973.598,29
Depreciação, Amortização e Exaustão	505.228,92	703.619,64
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.715.070,46	1.163.003,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.121.375,29	810.246,95
Variações Monetárias e Cambiais	593.608,77	352.556,05
Descontos Financeiros Concedidos	86,40	200,00
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	73.363.489,82	66.498.944,56
Transferências Intragovernamentais	45.604.295,74	44.314.412,58
Transferências Intergovernamentais	2.497.160,00	21.798.637,79
Transferências a Instituições Privadas	87.783,73	79.071,93
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	1.656,56
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	25.174.250,35	305.165,70
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	16.966.130,30	43.726.956,15
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	8.304,03	-
Incorporação de Passivos	16.595.835,44	43.290.586,21
Desincorporação de Ativos	361.990,83	436.369,94
Tributárias	69.116,88	84.943,82
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.487,34	19.101,10
Contribuições	54.629,54	65.842,72
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	16.325.290,54	16.626.481,83
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	16.300.426,82	16.609.052,48
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	24.863,72	17.429,35
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	17	49.001.132,39
		-7.901.973,17

2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

	NE	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		6.581.602,81	10.937.826,97
INGRESSOS	19	897.584.121,16	913.085.734,68
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Patrimonial		178.453,78	202.306,96
Receita Agropecuária		18.190,00	13.640,00
Receita Industrial		-	380,00
Receita de Serviços		889.828,74	1.001.413,57
Remuneração das Disponibilidades		27.426,45	21.760,77
Outras Receitas Derivadas e Originárias		319.345,20	83.901,05
Transferências Recebidas		46.390,00	118.824,70
Intergovernamentais		-	118.824,70
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	118.824,70
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Recebidas		46.390,00	-
Outros Ingressos Operacionais		896.104.486,99	911.643.507,63
Ingressos Extraorçamentários		140.419,74	208.111,61
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	0,02
Transferências Financeiras Recebidas		895.412.488,68	911.190.999,72
Arrecadação de Outra Unidade		551.578,57	244.394,28
Demais Recebimentos		-	2,00
DESEMBOLSOS	20	-891.002.518,35	-902.147.907,71
Pessoal e Demais Despesas		-748.595.098,57	-744.824.371,58
Legislativo		-	-
Judiciário		-	-
Essencial à Justiça		-	-
Administração		-13.600,56	-
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		-	-
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-238.416.477,55	-234.800.450,06
Saúde		-406.643,18	-6.619.586,30
Trabalho		-	-
Educação		-508.314.603,72	-502.659.637,70
Cultura		-	-
Direitos da Cidadania		-	-
Urbanismo		-	-
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		-740.459,46	-131.260,98
Ciência e Tecnologia		-283.963,50	-
Agricultura		-	-
Organização Agrária		-	-150.000,00
Indústria		-	-
Comércio e Serviços		-	-
Comunicações		-	-
Energia		-	-
Transporte		-	-
Desporto e Lazer		-	-
Encargos Especiais		-419.350,60	-463.436,52
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	-0,02
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-96.599.433,96	-112.763.733,07



Intergovernamentais		-	-
A Estados e/ou Distrito Federal		-	-
A Municípios		-	-
Intragovernamentais		-95.600.560,23	-92.735.697,75
Outras Transferências Concedidas		-998.873,73	-20.028.035,32
Outros Desembolsos Operacionais		-45.807.985,82	-44.559.803,06
Dispêndios Extraorçamentários		-203.690,08	-245.388,48
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores			-2,00
Transferências Financeiras Concedidas		-45.604.295,74	-44.314.412,58
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-8.714.217,62	-11.110.082,48
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-8.714.217,62	-11.110.082,48
Aquisição de Ativo Não Circulante		-8.714.217,62	-11.110.082,48
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18	-2.132.614,81	-172.255,51
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		58.347.197,38	58.519.452,89
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		56.214.582,57	58.347.197,38

3. NOTAS EXPLICATIVAS – ABRANGÊNCIA E CONTEÚDO

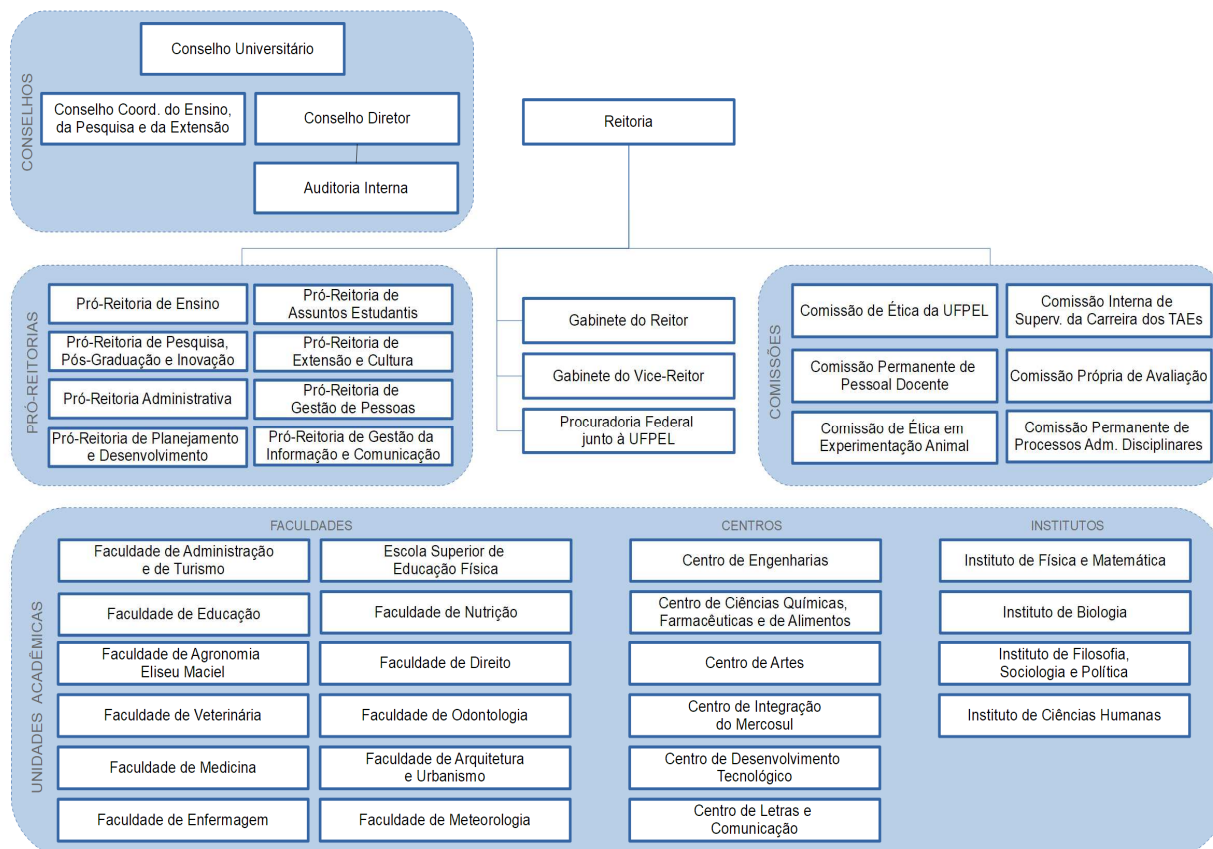
3.1 Estrutura Organizacional da UFPEL

A estrutura organizacional da Universidade Federal de Pelotas está prevista no seu Estatuto e Regimento. Compõem a Universidade a Administração Superior, as Unidades Universitárias e os Órgãos Suplementares.

Os órgãos da Administração Superior da Universidade são o Conselho Diretor da Fundação (CONDIR), o Conselho Universitário (CONSUN), o Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa e da Extensão (COCEPE) e a Reitoria. O Conselho Universitário é o órgão supremo da Universidade, com funções normativa, consultiva e deliberativa. Já Conselho Diretor que se constitui em órgão angariador de recursos, supervisor da gestão econômico-financeira e responsável principal pelas relações entre a Universidade e a Comunidade. O COCEPE é órgão central de supervisão do ensino e da pesquisa com funções consultiva, normativa e deliberativa.

No que tange a Reitoria, exercida pelo Reitor, é o órgão executivo central, que coordena, fiscaliza e superintende as atividades universitárias, cabendo-lhe a competência que não seja privativa dos demais órgãos. Esta unidade compreende os Gabinete do Reitor e Vice-Reitor, as Pró-Reitorias e também as Comissões. Ressalta-se, que a UFPel criou no ano de 2018, através da Resolução nº 10, de 22 de agosto de 2018 do CONSUN, o Conselho de Planejamento da UFPel (COPLAN). Este novo Conselho é constituído como órgão consultivo e propositivo da Universidade e se responsabiliza por refletir e planejar o futuro da instituição. Por fim, as unidades acadêmicas são organizadas em Faculdades e Escolas, Institutos ou Centros e são onde os departamento e cursos, tanto de graduação como pós-graduação, estão localizados e onde as atividades finalísticas (ensino, pesquisa, extensão e o desenvolvimento tecnológico) da instituição são desenvolvidas. A Figura 1, abaixo, apresenta uma visão geral do organograma com a estrutura organizacional do Órgão.

Figura 1 – Estrutura organizacional da Universidade Federal de Pelotas



Fonte: <http://portal.ufpel.edu.br/organograma/>

3.2 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCON consolidam as contas das Unidades Gestoras da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e do Hospital Escola da UFPEL (HE).

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF)
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e;
- VI. Notas Explicativas (NE)

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

3.3 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União e por consequência na UFPEL, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

(e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

(i) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens Móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém,

quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(k) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

(l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

(m) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: Patrimonial, Orçamentário e Financeiro.

(1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Essa, evidencia as alterações (mutações) ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para UFPEL e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para UFPEL, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na DVP. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor

privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

(2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou os decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

(3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro (BF), é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

4. NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

Nota 01 – Caixa e Equivalente de Caixa

O grupo de contas com maior relevância no Ativo Circulante é “Caixa e Equivalente de Caixa”. Nesse grupo estão registrados os valores em caixa, bancos, bem como equivalentes e representam recursos com livre movimentação para aplicações nas operações da entidade e para os quais não haja restrições de uso imediato.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do grupo de conta Caixa e Equivalente de Caixa:

Tabela 1 – Caixa e Equivalente de Caixa – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	2021	2020	AH%
RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	300.999,69	327.067,45	-7,97
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	1.530,00	1.530,00	-
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	135.776,14	197.572,66	-31,28
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	927.880,32	5.778.831,72	-83,94
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	54.848.396,42	52.042.195,55	5,39
Total	56.214.582,57	58.347.197,38	-3,65

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Ao final do exercício de 2021 houve retração no saldo do grupo de contas “Caixa e Equivalente de Caixa” de 3,65%, gerando impacto negativo de cerca de R\$ 2,1 milhões, fato atribuído pela diminuição na conta “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento – OFSS” encerrando o ano de 2021 com variação negativa de aproximadamente R\$ 4,8 milhões.

De acordo com a tabela 1, a conta contábil “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pgto. OFSS” representa 89,22% dos recursos financeiros que compõe o grupo “Caixa e Equivalente de Caixa”. Esse volume significativo de financeiro está vinculado, principalmente, ao recebimento de recursos para pagamento de folha de pessoal da competência de dezembro, como pode ser observado no passivo, sendo os valores pagos no próprio mês. Contudo, devido à nova sistemática de emissão de ordens de pagamento (OP) implementadas em 2018, a efetivação do pagamento que corresponde a emissão de ordem bancária (OB) ocorre no dia posterior ao da ordem de pagamento (OP) da folha de pessoal, ou seja, a baixa do saldo do passivo com obrigações trabalhistas, bem como da conta de limite saque é registrada somente no mês subsequente a geração de OP em 31/12/2021.

Nota 02 – Estoques

Os estoques são ativos, podendo assumir várias formas e serem mantidos para determinados fins. No caso da UFPEL, os estoques estão na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou empregados na prestação de serviços.

Os estoques são mensurados pelo valor de custo histórico. Neste sentido, os bens do almoxarifado são mensurados pelo preço médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei 4.320/1964.

A UFPEL ao final de 2021 apresenta saldo de aproximadamente R\$ 559 mil em itens de estoques. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do grupo da conta Estoques:

Tabela 2 – Estoques – Composição - R\$

MATERIAL DE CONSUMO	2021	2020	AH%
GENEROS DE ALIMENTACAO	9.539,85	2.920,03	226,70
MATERIAL QUIMICO	48.876,68	57.761,06	(15,38)
MATERIAL DE EXPEDIENTE	154.899,69	181.243,46	(14,54)
MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	6.936,41	19.879,15	(65,11)
MATERIAL DE COPA E COZINHA	3.869,14	749,93	415,93
MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	232.886,45	232.673,57	0,09
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	70,00	70,00	0,00
MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	9.982,93	5.840,10	70,94
MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	65.440,86	51.449,33	27,19
MATERIAL P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	1.009,50	0,00	-
MATERIAL HOSPITALAR	12.475,85	0,00	-
MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS	13.363,98	0,00	-
TOTAL	559.351,34	552.586,63	1,22

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

De acordo com a tabela 2, o saldo contábil dos estoques variou positivamente 1,22% no exercício de 2021 em relação ao exercício de 2020. Dentre os materiais de consumo que influenciaram a elevação nos saldos dos estoques, destaca-se os itens que compõe o “Material de Proteção e Segurança”, cujo aumento é de 27,19% no período. Já o material com maior representatividade no grupo de estoque com 41,63% do total, pertence aos produtos de limpeza e higiene.

Quanto aos materiais que diminuíram o saldo estocado, destaca-se o material de expediente, que registra retração de 14,54% em 2021 em relação à 2020. Tal diminuição é influenciada, principalmente, pelos ajustes de quantidades em novembro e dezembro de 2021 necessários para implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), instituído pela Portaria do Ministério da Economia nº 232, de 2 de junho de 2020. Já o consumo de materiais estocados em 2021 foi 3,75% menor do que em 2020

em valores nominais, já que a variação patrimonial diminutiva em 2021 foi de cerca de R\$ 274 mil contra aproximadamente R\$ 285 mil em 2020.

Nota 03 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2021 a Universidade Federal de Pelotas registrou um saldo aproximado de R\$ 674,7 milhões relacionados a ativo imobilizado, desse total, 75,73% estão alocados em bens imóveis e 24,27% em bens móveis.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado nos exercícios de 2021 e 2020.

Tabela 3 – Imobilizado – Composição R\$ 1,00

IMOBILIZADO	2021	2020	AH%
Bens Móveis	164.033.298,45	159.005.718,46	3,16
(+) Valor Bruto Contábil	178.169.153,10	173.141.573,11	2,90
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-14.135.854,65	-14.135.854,65	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
Bens Imóveis	510.715.657,60	504.743.610,79	1,18
(+) Valor Bruto Contábil	518.050.676,69	511.870.652,05	1,21
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-7.335.019,09	-7.127.041,26	2,92
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
TOTAL	674.748.956,05	663.749.329,25	1,66

Fonte: SIAFI 2021.

Com base na tabela 3, houve aumento no saldo do imobilizado da ordem de 1,66%, o que representa um acréscimo líquido de aproximadamente R\$ 11 milhões ao final de 2021 em relação ao exercício anterior. Tal elevação, está relacionada, sobretudo, com a elevação do saldo de bens imóveis, dado que esse grupo de ativos apresenta variação positiva de R\$ 6,1 milhões no período. A seguir, o grupo de bens móveis será melhor detalhado e na sequência, examina-se os bens imóveis.

Bens Móveis

Os bens móveis contabilizados no órgão em 31/12/2021 totalizaram um valor bruto contábil de aproximadamente R\$ 178 milhões, um acréscimo da ordem de 2,90% em relação ao ano de 2020 e estão detalhados nas contas contábeis conforme tabela a seguir.

Tabela 4 – Bens Móveis – Composição – composição R\$ 1,00

Bens Móveis	2021	2020	AH%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	92.956.244,08	86.362.099,15	7,63
Bens de Informática	34.821.012,59	32.230.079,49	8,03
Móveis e Utensílios	20.559.980,95	19.223.130,11	6,95
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	14.015.295,11	13.304.241,60	5,34
Veículos	9.237.852,39	9.209.833,39	0,30
Bens Móveis em Andamento	6.218.296,42	6.218.296,42	-
Demais Bens Móveis	249.884,90	6.483.306,29	-96,14
Semoventes e Equipamentos de Montaria	105.066,65	105.066,65	-
Armamentos	3.670,01	3.670,01	-
Peças e Conjuntos de Reposição	1.850,00	1.850,00	-
Depreciação / Amortização Acumulada	(14.135.854,65)	(14.135.854,65)	-
Total	164.033.298,45	159.005.718,46	3,16

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Em relação a tabela 4, observa-se uma variação positiva de 3,16% no saldo líquido dos bens móveis ao final de 2021. Essa elevação no saldo é influenciada principalmente, pelas contas “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas” e “Bens de Informática”, em que a soma de seus saldos representam um acréscimo de aproximadamente R\$ 9,1 milhões ao final do exercício.

Ao verificar a elevação de 7,63% no saldo contábil da conta “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, constata-se que foi afetada, principalmente, pela incorporação de equipamentos e utensílio médicos, odontológicos e hospitalar. Só nesses itens, registra-se um aumento de cerca de R\$ 4,1 milhões, sendo que aproximadamente 70% desse saldo provém de bens recebidos sob o regime de comodato, oriundos de fundações de apoio com as quais a UFPEL desenvolve pesquisas e projetos.

No que tange a depreciação dos bens móveis, esta segue praticamente sem variação no período, visto que o sistema patrimonial utilizado pelo Órgão para registro dos bens móveis não efetua o cálculo de depreciação adequadamente. No exercício de 2015 foram registrados os últimos lançamentos de depreciação e nos anos posteriores não houve evidenciação, devido as falhas do sistema de registro patrimonial ao gerar as informações de depreciação dos bens móveis.

Em novembro de 2018 o Ministério do Planejamento institui a obrigatoriedade de utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) para todos os órgãos da administração pública federal através da Portaria nº 385, de 28/11/2018, D.O.U 29/11/2018, seção I, página 85. Conforme Portaria, as Autarquias, Fundações e Empresas Públicas têm o prazo de dois anos para implantação do referido sistema. Isso é reforçado pela Portaria do Ministério da Economia nº 232, de 02/06/2020, que determina a adoção do sistema até 01/12/2021 para as autarquias, fundações e empresas públicas dependentes. Nesse sentido, a UFPEL estima implantar parcialmente o SIADS até o fevereiro de 2022.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da Universidade Federal de Pelotas em 31/12/2021 totalizaram aproximadamente R\$ 510 milhões e estão elencados nas contas contábeis conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 5 - Bens Imóveis – Composição R\$

BENS IMÓVEIS	2021	2020	AH%
Bens de Uso Especial	495.023.986,98	463.707.814,99	6,75
Bens Imóveis em Andamento	22.278.926,47	47.857.685,97	-53,45
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	-	297.251,09	-100,00
Instalações	747.763,24	7.900,00	9365,36
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(7.335.019,09)	(7.127.041,26)	2,92
TOTAL	510.715.657,60	504.743.610,79	1,18

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Com base na tabela 5, o saldo dos bens imóveis variaram positivamente 1,18% em 2021 se comparado ao exercício de 2020. Isso representou um impacto de aproximadamente R\$ 5,9 milhões, entres as contas de maior relevância neste grupo, destaca-se “Bens de Uso Especial” perfazendo um montante aproximado de R\$ 495 milhões, correspondendo a 96,93% do valor total dos bens imóveis registrados. Tal valor, refere-se a um total de 47 propriedades entre terrenos, prédios, museus, fazendas, e demais bens imóveis destinados às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPEL.

No que concerne a conta “Bens Imóveis em Andamento”, cujo saldo corresponde as obras em andamento, projetos e instalações, essa tem representatividade de 4,36% do saldo dos bens imóveis no exercício de 2021. Nesse período, o saldo da conta de “Bens Imóveis em Andamento” apresentou uma retração de 53,45%, tendo como principal fator, a conclusão de cinco obras totalizando cerca de R\$ 30,7 milhões que devido ao término das reformas, tiveram o saldo contábil transferido para conta “Bens de Uso Especial” incorporando o valor das benfeitorias. Esse fato, também contribuiu para a elevação de 6,75% do saldo contábil de Bens de Uso Especial, dado que não houve aquisição de novos imóveis.

O saldo contábil das Instalações apresenta uma variação positiva de 9.365,36% ao final do exercício de 2021 em relação ao exercício de 2020. Essa elevação significativa é referente a reclassificação contábil de

geradores fotovoltaicos pelo montante de R\$ 690 mil que estavam registrados em bens móveis e passaram a compor o saldo de Instalações.

Ainda sobre o saldo da conta “Bens Imóveis em Andamento”, esse está subavaliado. Isso porque em virtude da obra de reforma da cobertura do prédio denominado “Laneira” que é executada na unidade gestora do Hospital Escola foi empenhada na despesa do grupo de despesa correntes ao invés de investimentos. Isso ocasionou reflexo na Demonstração das Variações Patrimoniais, especificamente, na Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) de serviços no momento da liquidação de despesa, ou seja, pela execução da referida obra. Em razão disso, a VPD de serviços encontra-se superavaliada em aproximadamente R\$ 15,6 mil e o saldo da conta “Bens imóveis em andamento” referente aos bens imóveis no Balanço Patrimonial subavaliada por igual valor.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão.

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A UFPEL não avaliou se houve qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo até a data base de 31/12/2021.

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Nota 04 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/03/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2021, a UFPEL apresentou um saldo de R\$ 475.598,47 relacionados à bens intangíveis, composto integralmente de *softwares*.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível.

Tabela 6 – Intangível – Composição R\$ 1,00

UG Executora	Bem Intangível	2021	2020	AH%
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	Software com Vida Útil Indefinida	475.598,47	469.188,57	1,37

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

De acordo com a tabela 6, houve elevação de 1,37% no saldo contábil do intangível, destacando-se o item *Software* com Vida Útil Indefinida, que representa 100% do grupo, totalizando 45 *softwares* para diversas finalidades da instituição. Dentre os *softwares* registrados neste grupo, o de maior relevância está contabilizado por um montante de R\$ 71.490,00, representando 15,03% do total do grupo e tem como função o gerenciamento do sistema de bibliotecas.

Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

A UFPEL deve avaliar os ativos do intangível quando há indícios de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados ao desenvolvimento e aqueles que têm vida útil indefinida, deve-se realizar a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor. Nesse sentido, não foram executados testes de *Impairment* no ativo intangível ao longo do exercício 2021.

Nota 05 – Fornecedores e Contas a Pagar

Ao final do exercício de 2021, a Universidade Federal de Pelotas apresentou um saldo aproximado de R\$ 6,1 milhões relacionados com fornecedores e contas a pagar, sendo 79,16% do total de obrigações a pagar de longo prazo e 20,84% de curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros, bem como por circulante e não circulante.

Tabela 7 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

	2021	2020	R\$1,00 AH%
Circulante	1.274.604,83	1.432.116,18	-11,00
Nacionais	1.274.384,84	1.432.116,18	-11,01
Estrangeiros	219,99	-	
Não Circulante	4.842.408,00	5.326.648,80	-9,09
Nacionais	4.842.408,00	5.326.648,80	-9,09
Estrangeiros	-	-	
Total	6.117.012,83	6.758.764,98	-9,50

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

O saldo global dos fornecedores e contas a pagar apresenta retração de 9,5% em 2021 em relação a 2020. Essa diminuição é influenciada, principalmente pelos fornecedores e contas a pagar de longo prazo, já que demonstraram variação negativa de R\$ 484 mil em relação ao ano de 2020, sendo estas obrigações integralmente de fornecedores nacionais. Ademais, também houve redução de fornecedores e contas a pagar de curto prazo, especialmente relacionados a serviços obras e reformas, material de consumo e aluguéis.

Nesse sentido, observa-se diminuição de 0,54% da Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) com serviços ao término de 2021 em relação ao ano anterior. Isso contribuiu para redução no saldo de fornecedores a pagar, já que a apropriações de VPD com serviços impactam diretamente nas obrigações com fornecedores no Balanço Patrimonial.

Já nos fornecedores de longo prazo houve redução de 9,09% no período devido a transferências de parcelas do longo para o curto prazo dos valores a pagar à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica conforme a sua exigibilidade e liquidez.

Na sequência, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais relevantes de fornecedores e contas a pagar em 2021 comparado com o exercício de 2020.

Tabela 8 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante - composição R\$ 1,00

Unidade Gestora	2021	2020	AH
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	6.095.284,05	6.734.374,20	-9,49
HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	21.728,78	24.390,78	-10,91
Total	6.117.012,83	6.758.764,98	-9,50

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

De acordo com a tabela 8, a unidade gestora UFPEL é responsável por 99,64% do valor total a ser pago à terceiros, enquanto que o Hospital Escola representa apenas 0,36% dos valores comprometidos com fornecedores e contas a pagar ao término de 2021.

Na UFPEL, há saldo de fornecedor de longo prazo referente a dívida junto a companhia de energia elétrica no montante aproximado de R\$ 4,8 milhões. Esse montante, corresponde a aproximadamente 79% do saldo de fornecedores a pagar. Já os fornecedores de curto prazo a pagar, os maiores saldos estão relacionados com prestadores de serviços obras e reformas, apoio administrativo, técnico e operacional.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os quatro fornecedores mais significativos e o saldo a pagar ao término de 2021.

Tabela 9 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor – composição R\$ 1,00

FORNECEDORES	2021	AV (%)
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	5.447.709,00	87,08
MARSOU ENGENHARIA EIRELI	330.025,90	10,79
PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA.	28.581,89	0,47
LABOR SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA	20.936,78	0,34
DEMAIS	967.830,67	1,33
TOTAL	7.669.112,13	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Em relação aos fornecedores destacados na tabela 9, estes representam 98,68% do total das obrigações com terceiros a pagar. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA: Fornecimento de energia elétrica referente a exercícios anteriores, assinado termo de acordo de dívida em 08 de novembro 2012, pagamento de 240 parcelas mensais. Saldo de 132 parcelas a pagar;

(b) MARSOU ENGENHARIA EIRELI: Valores devidos ao fornecedor referente a serviços de obra de restauro do Grande Hotel decorrentes de medições realizadas em dezembro de 2021, contrato 67/2019.

(c) PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA.: Valor devido ao fornecedor referente ao serviço de operação e manutenção da Barragem da Eclusa em novembro de 2021, contrato 07/2017.

(d) LABOR SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA: - Valor devido ao fornecedor referente ao pagamento de verbas rescisórias a seus colaboradores, serviço de copeiragem, contrato 16/2019.

Nota 06 - Patrimônio Líquido – Ajustes de Exercícios Anteriores

O Patrimônio Líquido ou situação patrimonial líquida pode ser compreendido como a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. Assim, a situação patrimonial líquida pode resultar em um montante positivo ou negativo. Outro ponto a destacar no patrimônio líquido, é o resultado obtido, que deve ser evidenciado o do exercício corrente segregado dos resultados acumulados de exercícios anteriores.

Nesse sentido, ocorrem fatos contábeis que não pertencem ao exercício corrente, para estes há uma conta específica no grupo “Resultados Acumulados” para evidenciar os impactos no patrimônio da entidade denomina “Ajustes de Exercícios Anteriores”. Essa conta, registra o saldo decorrente de efeitos da mudança

de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Desse modo, a tabela 10 demonstra resumidamente os saldos de ajustes anteriores que impactam a situação patrimonial líquida do órgão.

Tabela 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores – R\$ 1,00

SALDO INICIAL 2021	AJUSTES A DÉBITO	AJUSTES A CRÉDITO	SALDO AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
6.682.178,49	-7.346.166,63	91.214,65	-572.773,49

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Com base na tabela 10, houve ajustes realizados a débito e a crédito no exercício de 2021, resultando em uma redução patrimonial líquida de aproximadamente R\$ 572 mil. Como principal fator para esse decréscimo, destaca-se a reclassificação do saldo de cerca de R\$ 6,5 milhões de ajustes de exercícios anteriores apurado no final do exercício 2020 para conta superávit ou déficit de exercícios anteriores.

Nota 07 - Obrigações Contratuais

Ao final do ano de 2021 a Universidade Federal de Pelotas apresenta um saldo aproximado de R\$ 98 milhões relacionados a obrigações contratuais, referente a instrumentos jurídicos que possam provocar alterações no patrimônio do órgão.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Composição R\$ 1,00

Obrigações Contratuais	2021	2020	AH%
Aluguéis	6.182.317,46	2.443.565,99	153,00
Fornecimento de Bens	2.649.430,52	3.130.825,92	-15,38
Seguros	16.220,24	14.582,24	11,23
Serviços	89.497.335,19	106.855.523,43	-16,24
Total	98.345.303,41	112.444.497,58	-12,53

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Com base na tabela 11, as obrigações contratuais apresentaram diminuição de 12,53% ao término de 2021 em relação ao exercício de 2020. Dessas obrigações, destacam-se aquelas relacionadas com Serviços, que representam 91% do total das obrigações contratuais assumidas pela UFPEL ao final do exercício de 2021.

Nesse sentido, os contratos relativos a serviços apresentam uma retração da ordem de 16,24%, isso corresponde a uma diminuição de aproximadamente R\$ 17,3 milhões. Desse montante, grande parte estão relacionados com serviços de obras e reformas, serviços terceirizados de vigilância, bem como serviços de informática.

Destaca-se a elevação de saldo contábil das obrigações relacionadas aos contratos de aluguéis, cujo aumento é de 153% ao final do exercício de 2021 em relação ao exercício de 2020. Tal elevação está relacionada, em especial, com o aditivo ao contrato 18/2017, referente ao aluguel do imóvel situado na rua Barão de Santa Tecla, 197, no período de agosto de 2021 a janeiro de 2025 pelo montante de R\$ 4.168.470,00. O referido imóvel é utilizado para abrigar a casa do estudante, contando com 60 unidades habitacionais.

Na sequência, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com os valores a executar no ano de 2021.

Tabela 12 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante R\$ 1,00

Unidade Gestora	2021	2020	AH%
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	95.367.221,67	110.041.512,14	-13,34
HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	2.961.861,50	2.388.403,20	24,01
TOTAL	98.329.083,17	112.429.915,34	-12,54

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Com base na tabela 12 constata-se que a unidade gestora UFPEL é responsável por 96,99% do total contratado, enquanto que o Hospital Escola, representa apenas 3,01% dos valores com contratos celebrados a serem executados.

Ademais, a unidade gestora UFPEL apresentou retração de 13,34% ao fim de 2021 em comparação com 2020. Essa diminuição de aproximadamente R\$ 14,6 milhões líquidos no período, é atribuída especialmente, pelas obrigações contratuais relativas a serviços já mencionadas anteriormente.

A seguir, é apresentada a tabela com os valores contratuais executados classificados pela natureza da despesa ao término de 2021:

Tabela 13 – Obrigações contratuais executadas por natureza de despesa

CONTA CONTÁBIL	2021	2020	AH%
CONTRATOS DE SEGUROS EXECUTADOS	1.536,88	4.672,84	(67,11)
CONTRATOS DE SERVIÇOS EXECUTADOS	47.161.596,83	46.533.046,67	1,35
CONTRATOS DE ALUGUEIS EXECUTADOS	3.376.369,51	3.977.635,56	(15,12)
CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS EXECUTADOS	1.123.593,03	1.415.972,53	(20,65)
TOTAL	51.663.096,25	51.931.327,60	(0,52)

Fonte: Tesouro Gerencial.

Com base na tabela 13, excetuando-se os contratos de serviços, todos os demais apresentaram redução nos valores executados, o que contribuiu para diminuir em 0,52% o valor total executado com contratos. No tocante aos contratos de serviços executados, os maiores valores pertencem ao contrato 33/2018 referente a manutenção predial com cerca de R\$ 7,4 milhões liquidados seguido do contrato 02/2018 relativo ao fornecimento de alimentação coletiva com aproximadamente R\$ 6,9 milhões liquidados ao término de 2021.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os fornecedores com os contratos mais significativos, bem como os saldos a serem executados na data base de 31/12/2021.

Tabela 14 – Obrigações Contratuais – Por Contratado – Órgão R\$ 1,00

FORNECEDORES	2021	AV (%)
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRI. DE ENERGIA ELÉTRICA	34.154.905,05	34,73
REFEICOES NORTE SUL EIRELI	6.935.154,77	7,05
MARSOU ENGENHARIA EIRELI	6.482.225,04	6,59
SULCLEAN SERVICOS LTDA	5.688.179,24	5,78
DEMAIS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	45.084.839,31	45,84
	98.345.303,41	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Em relação aos fornecedores contratados elencados na tabela 14, pode-se afirmar que esses contratos representam 54,16% do valor total de serviços e fornecimento de bens a serem executados. Isso corresponde a um montante de cerca de R\$ 51,6 milhões de obrigações contratuais que podem ser liquidadas pelo órgão nos exercícios subsequentes. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- (a) Contratado Companhia Estadual de Energia Elétrica – CNPJ: 08.467.115/0001-00: Fornecimento de energia elétrica, despesa referente a exercícios anteriores. Assinado termo de acordo de dívida em

08 de novembro 2012 pagamento de 240 parcelas, sendo 108 parcelas quitadas até a data base 31/12/2021;

- (b) Refeições Norte Sul Eireli – CNPJ 97.531.702/0001-33: segundo aditamento ao contrato 74/2019, referente a serviços de alimentação coletiva, vigência: 26/10/2021 a 25/10/2022.
- (c) Marsou Engenharia EIRELI – CNPJ 01.278.335/0001-39: Obra de reforma e restauro do Grande Hotel, contrato 67/2019;
- (d) Sulclean Serviços Ltda – CNPJ: 06.205.427/0001-02: Terceiro aditamento ao contrato 35/2017, referente a prestação de serviços continuados de limpeza pelo período de 14/03/2021 a 13/11/2022.

Nota 08 – Precatórios

Precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) são requisições expedidas pelos tribunais para que os entes públicos (neste caso, a União), façam os pagamentos a que foram condenados nos processos judiciais. Esses valores precisam ser incluídos na Lei Orçamentária Anual para serem pagos. Se requeridos até 1º de julho de cada ano, passam a compor a proposta orçamentária do ano seguinte.

Requisições de Pequeno Valor são obrigações oriundas de decisões judiciais transitadas e julgadas, porém definidas em lei como de pequenos valores e que não se submetem ao mesmo regime de execução dos precatórios. Os créditos de requisições de pequenos valores, assim que transitado e julgado da decisão e definida a quantia certa, deverão ser pagos dentro de um prazo de sessenta dias, conforme dispõe o §3º do art. 100 da Constituição Federal. Já os pagamentos dessas obrigações que ultrapassam o limite para ser considerado “de pequeno valor” (que são os precatórios) são pagos na ordem cronológica de apresentação dos mesmos, podendo, inclusive, ultrapassar o ano em que foram reconhecidos como obrigação.

No âmbito da UFPEL, consta um total de aproximadamente R\$ 16,2 milhões registrado em “**Precatórios**”, em que sua composição é 96,20% de curto prazo e 3,8% de longo prazo. Os Precatórios de Pessoal compõem 62,43% do total, enquanto que os precatórios com terceiros respondem por 37,57% do montante.

O registro dos precatórios de pessoal nas autarquias e fundações públicas é feito pelos tribunais regionais federais de cada região. No caso da UFPEL, esse registro é efetuado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região sediado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A seguir, é apresentando a tabela 15 com a composição dos precatórios.

Tabela 15 – Composição de Precatórios

R\$ 1,00

PRECATÓRIOS	2021	2020	AH(%)
Precatórios a Curto Prazo	15.647.329,84	16.406.240,22	-4,63
PRECATORIOS DE PESSOAL	9.470.776,42	12.021.921,48	-21,22
PRECATORIOS DE PESSOAL CANCELADO - LEI 13.463/2017	264.626,42	-	-
PRECATORIOS DE TERCEIROS	5.759.751,32	4.384.318,74	31,37
PRECATORIOS DE TERCEIROS CANCELADO – LEI 13.463/2017	152.175,68	-	-
Precatórios a Longo Prazo	617.531,03	-	-
PRECATORIOS DE PESSOAL - PAGAMENTO 2023	361.414,16	-	-
PRECATORIOS DE PESSOAL - CANCELADOS LEI 13.463/2017	56.579,47	-	-
PRECATORIOS DE TERCEIROS - PAGAMENTO 2023	199.537,40	-	-
Total	16.264.860,87	16.406.240,22	-0,86

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

De acordo com a tabela 15, os saldos de precatórios apresentam redução de 0,86% ao término do ano de 2021 em relação ao ano de 2020. Essa retração líquida de aproximadamente R\$ 141 mil, está associada, principalmente, pela diminuição de precatórios de pessoal, na qual verifica-se redução significativa de 21,22% no período. No tocante aos precatórios cancelados decorrente da Lei 13.463/2017, esses somaram cerca de R\$ 473 mil, sendo 55,9% desse montante é relativo a precatórios de pessoal.

4.2 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

Nota 09 Receitas Correntes

As principais arrecadações com receitas próprias auferidas pela UFPEL em 2021 são exclusivamente de natureza corrente, com destaque para o grupo “Receita de Serviços”, cujo montante apurado foi de aproximadamente R\$ 889 mil e o grupo “Outras Receitas Correntes” contabilizando um valor acumulado de aproximadamente R\$ 319 mil. A seguir é apresentada a tabela 16 com a composição dos grupos de receitas:

Tabela 16 – Receitas– Composição R\$ 1,00

RECEITAS ARRECADADAS DIRETAMENTE	Previsão Atualizada	Receita Realizada	% Receita Realizada
Receita Patrimonial	366.933,00	205.880,23	56,11
Aluguéis e Arrendamentos	356.847,00	178.453,78	50,01
Remuneração de Depósitos Bancários	10.086,00	27.426,45	271,93
Receita Agropecuária	8.000,00	18.190,00	227,38
Receita Agropecuária	8.000,00	18.190,00	227,38
Receitas de Serviços	2.097.440,00	889.828,74	42,42
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	721.620,00	456.593,74	63,27
Inscrições em Concursos e Processos Seletivos	1.273.820,00	433.155,00	34,00
Demais Receitas de Serviços	102.000,00	80,00	0,08
Transferências Correntes	124.000,00	46.390,00	37,41
Transf. dos Municípios e de Suas Entidades	108.000,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	16.000,00	46.390,00	289,94
Outras Receitas Correntes	61.474,00	319.345,20	519,48
Multas e Juros Previstos em Contratos	61.474,00	157.803,39	256,70
Ineniz. Por Danos Causados ao Patrim. Público	-	7.206,63	-
Outras Restituições	-	150.755,18	-
Demais Receitas Correntes	-	3.580,00	-
Receitas de Capital	352.080.348,00	-	-
Operações de Crédito	350.954.957,00	-	-
Alienação de Bens Moveis e Semoventes	144.150,00	-	-
Transferências de Capital – União e Suas Entidades	-	-	-
Transferências de Capital – Pessoas Físicas	981.241,00	-	-
TOTAL	354.738.195,00	1.479.634,17	0,42

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

De acordo com a tabela 16, a arrecadação foi de apenas 0,42% do total previsto para o exercício de 2021. Esse percentual irrisório de arrecadação se deve ao lançamento efetuado pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Orçamento e Gestão (MOG) com base na Lei 14.144 de 22 de abril de 2021, prevendo receita de capital oriunda de operação de crédito, especificamente com arrecadação de receita com os títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional. Contudo, ocorreu frustração de 100% com a realização dessa receita, o que contribuiu para o baixo percentual de arrecadação do órgão.

Pode-se destacar o valor de receita referente a “Serviços Administrativos e Comerciais Gerais”, que corresponde ao ingresso de receitas cuja natureza esteja associadas as atividades educacionais do órgão, relacionadas diretamente com a formação do educando (matrículas, anuidades, etc.) bem como atividades auxiliares, de apoio ou assemelhadas. Nesse sentido, ao término de 2021, a arrecadação nessa natureza de receita atingiu 63,27% do previsto para o exercício. Contudo, essa receita é 20,71% menor do que no exercício de 2020, quando a arrecadação com Serviços Administrativos e Comerciais Gerais superou os R\$ 575 mil.

Outra receita importante a ser destacada, é aquelas oriundas de Inscrições em Concursos e Processos Seletivos, as quais apresentaram a segunda maior arrecadação no ano de 2021, correspondendo a 29,27%

do total arrecadado. Tais receitas estão diretamente relacionada à taxa de inscrições de concursos e processos seletivos para provimento dos cargos de professores substitutos, professores efetivos e técnicos administrativos, entre outros processos de seleção.

No ano de 2021 foram registradas 7.625 inscrições nos processos seletivos da UFPEL. Esse número é aproximadamente 104,8% superior ao registrado no final de 2020, contudo, financeiramente, a arrecadação não superou ao montante auferido em 2020, já que o valor arrecadado de 2020 foi de aproximadamente R\$ 450 mil.

A seguir é apresentado o gráfico demonstrando previsão e realização das receitas orçamentárias por natureza de 2021:

Gráfico 1 – Receitas Orçamentárias

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS 2021

■ Previsão ■ Arrecadação

ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS	356.847,00	178.453,78
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	10.086,00	27.426,45
RECEITA AGROPECUARIA	8.000,00	18.190,00
SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	721.620,00	456.593,74
INSCRICAO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	1.273.820,00	433.155,00
SERVICOS DE INFORMACAO E TECNOLOGIA	102.000,00	
OUTROS SERVICOS	80,00	
TRANSF.DOS MUNICIPIOS E DE SUAS ENTIDADES	108.000,00	
TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	16.000,00	46.390,00
MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	61.474,00	157.803,39
INDENIZ.POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUB.		7.206,63
OUTRAS INDENIZACOES		51.142,55
RESTIT.DESP.PRIMARIAS EXERCICIOS ANTERIORES		5.129,92
OUTRAS RESTITUICOES		94.482,71
OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS		3.580,00
TITULOS DE RESPONSABILIDADE DO TES.NAC.-MERC.INTERNO	350.954.957,00	
ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES	144.150,00	
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	981.241,00	

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Nota 10 – Resultado Orçamentário

O Resultado orçamentário de 2021 apresenta-se deficitário em aproximadamente R\$ 841 milhões. Isso ocorre devido à metodologia utilizada para cálculo do resultado orçamentário no período, que subtrai as despesas empenhadas pelo órgão das receitas arrecadadas. Como são consideradas receitas apenas aquelas que o órgão arrecada diretamente, denominadas como fonte própria, sem levar em consideração os valores recebidos por transferências intragovernamentais, o Balanço Orçamentário sempre tende a resultar deficitário.

Nota 11 – Despesas Orçamentárias

O valor apurado de despesas empenhadas em 2021 foi de aproximadamente R\$ 842 milhões, isso corresponde a execução de 98,63% da dotação orçamentária atualizada para o exercício. Desse montante empenhado, 88,33% estão alocados com despesas de pessoal e encargos sociais, 11,33% estão outras despesas correntes e apenas 0,34% estão destinadas para investimentos.

Na tabela a seguir é demonstrada a composição da execução das despesas empenhadas no exercício de 2021:

Tabela 17 – Composição da Despesa Empenhada Por Grupo de Despesas R\$ 1,00

GRUPO DE DESPESAS	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Execução%
Pessoal e Encargos Sociais	760.360.336,00	744.432.766,93	97,91
Outras Despesas Correntes	91.143.298,00	95.490.268,94	104,77
Investimentos	2.933.685,00	2.846.579,80	97,03
Total	854.437.319,00	842.769.615,67	98,63

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Com base na tabela 17, a dotação orçamentária para despesas com pessoal e encargos sociais, representa 88,98% do total dos recursos orçamentários, enquanto que apenas 0,31% estão reservados para investimentos e 10,77% destinados a outras despesas correntes. Dentre as três dotações, aquela destinada para outras despesas correntes para aplicação na manutenção e custeio das atividades da universidade, executou-se 104,77% da dotação disponibilizada. Essa extrapolação superior a 100% da dotação atualizada se deve ao recebimento de créditos orçamentários de outros órgãos, que são melhor detalhados na seção de movimentação orçamentária. Já para o grupo de pessoal e encargos sociais, a execução é de 97,91% do saldo da dotação atualizada, enquanto que para o grupo de investimento, executou-se 97,03% da dotação até o término de 2021.

Na tabela a seguir é demonstrada as categorias de gastos com Pessoal e Encargos Sociais empenhadas por natureza de despesa de maior relevância no exercício de 2021:

Tabela 18 – Desp. Empenhadas na Categ. de Gasto Pessoal e Encargos Sociais por Natureza de Despesa composição R\$ 1,00

NATUREZA DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS		
	2021	2020	AH%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	398.064.121,06	387.953.229,87	2,61
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	203.853.254,21	201.316.819,52	1,26
OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	90.002.627,08	86.913.079,58	3,55
PENSOES	34.132.944,87	31.413.434,27	8,66
CONTRATACAO P/TEMPO DETERMINADO	7.319.787,21	8.927.953,97	(18,01)
SENTENCAS JUDICIAIS	7.292.383,47	6.064.931,38	20,24
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.986.212,09	122.255,23	1.524,64
CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	1.291.569,70	1.137.008,14	13,59
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	465.209,23	451.412,11	3,06
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	24.658,01	158.232,39	(84,42)
TOTAL	744.432.766,93	724.458.356,46	2,76

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

De acordo com a tabela 18, observa-se que as despesas empenhadas com a categoria de pessoal e encargos sociais aumentaram em 2,76% no ano de 2021 em comparação com 2020. Dentre as naturezas de despesa elencadas que contribuíram para essa elevação, destaca-se “Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil”. Tal rubrica, apresentou aumento de 2,61% em comparação ao ano anterior, fato atribuído as

progressões de carreira do quadro de pessoal, bem como pelo aumento de qualificação dos mesmos, já que a quantidade de força de trabalho manteve-se praticamente a mesma no período de 2020 e 2021.

Destaca-se também, a redução de 18,01% com despesa empenhada na natureza de “Contratação Por Tempo Determinado”, o que corresponde a uma redução de aproximadamente R\$ 1,6 milhão. Nessa rubrica, estão classificadas as despesas orçamentárias com contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de interesse público, incluindo despesas com as obrigações patronais e outras despesas variáveis. Ao verificar a alocação dessa força de trabalho, constata-se que essas contratações são integralmente para cargos de professores do magistério superior. A redução no valor empenhado para essa natureza de despesa está na média anual de contratados por tempo determinado, dado que no exercício de 2020 a média anual foi de 75,36 contratados enquanto que em 2021 a média para essa força de trabalho é de 66,36.

Outra natureza de despesa que se destacou foi Pensões, com uma elevação de 8,66% no exercício de 2021 em relação a 2020. Isso corresponde a um acréscimo de aproximadamente R\$ 2,7 milhões. Tal aumento, se deve ao número de novos pensionistas que ingressaram em 2021, encerrando o ano de 2021 com total de 408 pensionistas, enquanto que em 2020 esse número é de 375.

A seguir é apresentado à tabela 19 com as naturezas de despesas que compõe o grupo “Outras Despesas Correntes”, as quais são empenhadas para assegurar a manutenção e funcionamento da instituição:

Tabela 19 – Outras Despesas Correntes Empenhadas - composição R\$ 1,00

Natureza Despesa	DESPESAS EMPENHADAS		
	2021	2020	AH%
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	24.755.781,82	30.900.992,79	(19,89)
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	16.815.955,67	21.902.816,43	(23,22)
AUXILIO-ALIMENTACAO	14.031.217,73	14.085.283,66	(0,38)
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	9.888.877,55	10.191.745,32	(2,97)
INDENIZACOES E RESTITUICOES	7.355.056,71	7.459.754,19	(1,40)
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	6.370.891,64	6.434.612,79	(0,99)
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	5.485.991,41	5.394.577,95	1,69
MATERIAL DE CONSUMO	4.710.258,16	7.440.304,46	(36,69)
OUTROS SERVIC. DE TERC. PJ TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCR.	1.125.000,00	17.291.996,81	(93,49)
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	4.951.238,25	6.472.263,22	(23,50)
TOTAL	95.490.268,94	127.574.347,62	(25,15)

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Na tabela 19, o saldo total empenhado no grupo “Outras Despesas Correntes” apresentam retração de 25,15%, isso corresponde a cerca de R\$ 32 milhões a menos que no exercício anterior. Nesse sentido, pode-se destacar as despesas empenhadas na natureza de despesa a natureza de despesa “Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica” (ND 335039 - Transf. a Inst. Privadas S/ Fins Lucrativos), cuja redução foi de 93,49% em relação a 2020. Tal fato pode ser atribuído aos empenhos emitidos no 2º semestre de 2020 para suportar despesas com convênios, em especial, com a Fundação de Apoio Delfim Mendes Silveira, que recebeu da UFPEL cerca de R\$ 15,9 milhões em repasses financeiros. Dentre esses, destaca-se o montante de R\$ 12 milhões para desenvolvimento da pesquisa sobre a COVID-19, recursos que foram captados do Fundo Nacional da Saúde (FNS). Assim, ao final de 2021 as despesas empenhadas para repasses financeiros a Fundações de Apoio é de apenas R\$ 1,1 milhão, justificando a elevada variabilidade percentual empenhada entre os exercícios de 2020 e 2021.

Outra redução que pode ser destacada, é a despesa empenhada com a natureza de despesa de locação de mão de obra, a qual apresenta retração de 19,89% ao término do exercício de 2021 em relação ao exercício anterior. Isso corresponde a uma diminuição de aproximadamente R\$ 6 milhões, sendo grande parte desse montante está relacionado com o serviço de apoio administrativo, técnico e operacional, especialmente, os serviços de agente de portaria e motorista que acumuladamente apresentam redução na despesa empenhada de aproximadamente R\$ 4,1 milhões.

A despesa empenhada na natureza “outros serviços de terceiros – pessoa jurídica” apresenta redução significativa de 23,22 ao término de 2021 em relação ao ano de 2020. Tal diminuição foi influenciada especialmente pela despesa empenhada com serviços de energia elétrica, em que a redução foi de aproximadamente R\$ 4,2 milhões. Tendo em vista a promulgação do Decreto nº 10.579 de 18 de dezembro de 2020, no qual excepcionalmente no ano de 2020, possibilitou que as despesas empenhadas relativas a contratos, convênios, acordos ou ajustes de vigência plurianual pudessem ser executadas até 31 de dezembro de 2021. Com isso, diversas despesas plurianuais foram liquidadas em 2021 com empenhos de restos a pagar inscritos em 2020, dentre elas os serviços de energia elétrica, o que ocasionou uma redução significativa no empenhamento dessa despesa no ano 2021.

A seguir, é apresentado gráfico com a distribuição das principais naturezas de despesas empenhadas ao final de 2021 no grupo “Outras Despesas Correntes”:

Gráfico 2 – Composição do grupo “Outras Despesas Correntes”



Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

O gráfico 2 demonstra que a natureza de despesa com maior representatividade ao término de 2021 é locação de mão de obra com 26% do total da despesa empenhada para o grupo “Outras Despesas Correntes”. Nesse sentido, o subelemento de despesa com apoio administrativo, técnico e operacional concentra o maior valor de despesa empenhada em locação de mão de obra, cerca de R\$ 12,8 milhões. Em seguida, o elemento de despesa com “Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica” representa 17% do total da despesa empenhada no grupo Outras Despesas Correntes. Nesse grupo, destaca-se o subelemento de despesa de fornecimento de alimentação, cujo valor empenhado superou os R\$ 8 milhões.

A seguir, é apresentada a tabela 20 com composição das despesas empenhadas relacionadas ao grupo de Investimentos em 2021.

Tabela 20 – Despesas empenhadas – Investimentos - Composição R\$ 1,00

NATUREZA DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS		
	2021	2020	AH%
OUTROS SERV. DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA (ND 445039 - TRANF. INST)		240.000,00	(100,00)
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (ND 445052 - TRANF. INST.)		167.042,00	(100,00)
MATERIAL DE CONSUMO	33.902,12	-	-
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	10.050,66	-	-
OBRAS E INSTALACOES	1.553.421,32	4.769.673,77	(67,43)
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.249.205,70	6.771.933,83	(81,55)
TOTAL	2.846.579,80	11.948.649,60	(76,18)

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Com base na tabela 20, pode se afirmar que ocorreu diminuição de 76,18% com despesas empenhadas associadas ao grupo de Investimentos em 2021 em comparação com o exercício de 2020. Esse fato, pode ser atribuído, principalmente, pelas emissões de empenhos relacionadas com aquisição de aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológico, laboratorial e hospitalar, que no exercício de 2020 havia saldo empenhado aproximadamente R\$ 2 milhões, enquanto que no ano de 2021 o montante é de apenas R\$ 621 mil. Ademais, a emissão de empenhos para aquisição de materiais de tecnologia da informação e comunicação, reduziu de R\$ 1,5 milhão no ano de 2020 para apenas R\$ 33 mil ao término do exercício de 2021.

No que tange as despesas empenhadas com obras e instalações, houve variação negativa de 67,43% no período em relação ao exercício de 2020. Até o final de 2021, o valor empenhado para execução de obras é de aproximadamente R\$ 1,5 milhão, sendo que 65,59% desse montante é referente ao contrato 20/2021 celebrado com a Fundação Delfim Mendes Silveira, cujo objeto é a realização do gerenciamento financeiro e administrativo do Projeto denominado "Implementação e Viabilidade de Edificação Pública NZEB" que será executado pela UFPEL com o Co-financiamento da Eletrobrás firmado através do Termo de Cooperação Técnica N° TCT-PRF-003/2021.

Despesas relacionadas ao enfrentamento da COVID-19

No intuito de auxiliar no enfrentamento da pandemia de COVID-19, a UFPEL destinou parte do seu orçamento de custeio e manutenção da instituição para empenhar em despesas voltadas ao combate do novo Coronavírus. Desse modo, em 2021, a UFPEL empenhou cerca de R\$ 1 milhão em naturezas de despesas específicas, que contribuíram para o enfrentamento a Covid-19.

A seguir na tabela 21, demonstra as naturezas de despesas nas quais os recursos foram empenhados para auxílio no combate a COVID-19, bem como aqueles oriundos de Restos a Pagar.

Tabela 21 – Despesas para enfrentamento COVID-19 – composição R\$ 1,00

PLANO INTERNO	Natureza Despesa	DESPESAS EMPENHADAS		
		2021	2020	AH%
MAESTQ2319N	PNAES/COVID-19 -			
	DESPESAS			
	DIVERSAS			
	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	591.480,00	200.807,40	194,55
	MATERIAL DE CONSUMO	533.477,00	166.587,00	220,24
	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	0,00	36.000,00	(100,00)
Total		1.124.957,00	403.394,40	178,87

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

De acordo com a tabela 21, houve aumento de 178,87% nas despesas relacionadas ao enfrentamento da COVID-19. Nesse sentido, a natureza de despesa mais relevante destinada ao enfrentamento da pandemia da COVID-19 é auxílio financeiro a estudantes, que registrou alta de 194,55% no exercício de 2021 em relação ao ano de 2020. Cabe destacar que o montante de aproximadamente R\$ 591 mil é relativo a auxílio internet de R\$ 90,00 proveniente do Edital 02/2021 da PRAE - Programa de Auxílio Inclusão Digital.



Já na natureza de despesa material de consumo, o aumento com despesa empenhada é de 220,24% no ano de 2021 em comparação com 2020. Os principais gastos foram realizados com gêneros de alimentação, aproximadamente R\$ 332 mil empenhados, bem como material de embalagem e acondicionamento pelo valor aproximado de R\$ 200 mil.

Movimentações Orçamentárias

Na tabela 22 são demonstradas as movimentações orçamentárias da UFPEL no exercício de 2021, que além das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), também são executados créditos orçamentários de outros órgãos através de descentralizações recebidas, bem como são demonstrados os repasses efetuados a outros órgãos através das descentralizações concedidas.

Tabela 22 – Movimentação Orçamentária – Composição R\$ 1,00

Unidade Orçamentária	Grupo Despesa	2021								
		Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Descentralizações Recebidas (b)	Descentralizações Concedidas (c)	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Crédito Bloqueado (e)	Crédito Disponível (a + b - c - d - e)
INST. NACIONAL DE COLONIZ. E REFORMA AGRARIA	Outras Despesas Correntes			500.000,00		500.000,00	0,00			0,00
SEC ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	Outras Despesas Correntes			8.000,00		8.000,00	8.000,00	8.000,00		0,00
FUNDACAO ESCOLA DE ADMINISTRACAO PUBLICA-ENAP	Outras Despesas Correntes			5.600,56		5.600,56	5.600,56	5.600,56		0,00
MINISTERIO DA EDUCACAO	Outras Despesas Correntes			8.010.414,40		8.010.414,40	7.364.676,45	7.364.676,45		0,00
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	Pessoal e Encargos Sociais	398.648.618,00	719.911.194,00		11.181.939,00	704.772.753,64	654.923.444,50	654.923.444,50	0,00	3.956.501,36
	Outras Despesas Correntes	54.330.855,00	89.202.990,00	335.075,97	4.109.956,75	82.617.328,04	78.820.373,24	78.820.373,24	0,00	2.810.781,18
	Investimentos	2.600.826,00	2.933.685,00			2.846.579,80	904.547,14	904.547,14	0,00	87.105,20
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	Outras Despesas Correntes			1.457.557,85		1.457.557,85	881.381,43	881.381,43		0,00
HOSPITAL DAS CLINICAS DA FUFPEL	Pessoal e Encargos Sociais	40.601.045,00	40.449.142,00			39.660.013,29	37.197.114,65	37.197.114,65	0,00	789.128,71
	Outras Despesas Correntes	1.940.308,00	1.940.308,00			1.747.044,07	1.606.977,38	1.606.977,38	0,00	193.263,93
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA	Outras Despesas Correntes			5.938,80		5.938,80	0,00			0,00



FUNDO NACIONAL DE SAUDE	Outras Despesas Correntes			945.647,17		945.647,17	897.148,32	897.148,32		0,00
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA - MINFRA	Outras Despesas Correntes			400,05		400,05	0,00			0,00
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Outras Despesas Correntes			192.338,00		192.338,00	0,00			0,00
REC. SOB. SUPERV. FUND. UNIV. FED. PELOTAS	Pessoal e Encargos Sociais	315.724.176,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Despesas Correntes	35.230.781,00	0,00						0,00	0,00
Total		849.076.609,00	854.437.319,00	11.460.972,80	15.291.895,75	842.769.615,67	782.609.263,67	782.609.263,67	0,00	7.836.780,38

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Observa-se na tabela 22, que as descentralizações concedidas superaram em 33,42% as descentralizações recebidas. Em suma, dos créditos concedidos no valor total aproximado de R\$ 15,2 milhões, 97,34% desse montante foi descentralizado para o Tribunal Regional Federal da 4ª Região a título de decisão judicial referente a precatórios alimentares, cuja movimentação orçamentária segue os termos do art. 24 da LDO de 2004.

No que tange as descentralizações recebidas, essas são em grande parte oriundas do Ministério da Educação (MEC). Nesse sentido, do montante aproximado de R\$ 11,4 milhões recebidos, cerca de R\$ 7,6 milhões são para empenhamento de despesas com bolsas de residência em saúde dos estudantes que atuam no Hospital Escola da universidade.

Ademais, destaca-se o crédito orçamentário de R\$ 1,4 milhão recebido da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), em que grande parte do montante executado refere-se à implantação de desenvolvimento de cursos no âmbito dos sistemas Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP).

Nota 12 BO – Restos a Pagar

Os Restos a Pagar (RAP) são segregados em Restos a Pagar Não Processado e Restos a Pagar Processados: o primeiro tem seu saldo considerado naquelas despesas orçamentárias que foram empenhadas, mas não passaram pelo estágio da liquidação e o segundo se refere aquelas despesas que foram empenhadas e liquidadas, porém, não chegaram no estágio de pagamento da despesa.

Neste contexto, sem considerar os saldos dos empenhos emitidos de 2021, a Universidade Federal de Pelotas em 2021 registra um montante aproximado de R\$ 87,5 milhões de Restos a Pagar, sendo que 39,27% são referentes a **Restos a Pagar Não Processados** e 60,73% são de **Restos a Pagar Processados**.

A seguir são apresentadas as tabelas que demonstram o valor inscrito em Restos a Pagar, as quais estão segregadas por RP Não Processados e RP Processados e a distribuição dos valores por unidade executora, bem como pelo grupo de despesa.

Tabela 23 – Restos a Pagar Não Processados - Composição R\$ 1,00

UG Executora	Grupo Despesa	2021						
		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS BLOQUEADOS
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.161.409,21	505.589,89	368.832,45	819.654,22	11.478.512,43	10.619.699,60	0,00
	INVESTIMENTOS	7.048.621,13	12.340.976,23	182.367,05	10.753.570,39	8.453.659,92	7.514.068,49	0,00
	Total	19.210.030,34	12.846.566,12	551.199,50	11.573.224,61	19.932.172,35	18.133.768,09	0,00
HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.823,33	2.112.935,99	26.194,82	2.024.365,14	99.199,36	99.199,36	0,00
	INVESTIMENTOS		161.567,90	122.300,99	27.278,91	11.988,00	11.988,00	
	Total	36.823,33	2.274.503,89	148.495,81	2.051.644,05	111.187,36	111.187,36	0,00
Total		19.246.853,67	15.121.070,01	699.695,31	13.624.868,66	20.043.359,71	18.244.955,45	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Com base na tabela 23 observa-se que do total de RP Não Processados, 93,27% pertence à unidade gestora da UFPEL enquanto que apenas 6,73% pertencem ao Hospital Escola. Do saldo total aproximado de R\$ 34,3 milhões de Restos a Pagar não Processados inscritos e reinscritos 58,32% foram liquidados em 2021, restando saldo de cerca de R\$ 13,6 milhões a serem liquidados.

Quanto ao grupo de despesas em que os saldos estão alocados na condição de “a liquidar”, pode se observar que grande parte está concentrado no grupo de despesas Investimentos. Isso representa um saldo a liquidar de aproximadamente R\$ 10,7 milhões, ou seja, é 79,13% do saldo total do órgão com RAP's Não Processados a serem liquidados. Ainda no que tange ao saldo de RAP's a liquidar do grupo de despesa “Investimentos”, aproximadamente R\$ 10,1 milhões estão



concentrados na natureza de despesa de “Obras em Andamento” e cerca de R\$ 626 mil estão alocados em empenhos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente.

Ao término do 2º trimestre de 2021, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) bloqueou os saldos de empenhos inscritos em restos a pagar não processados a liquidar do ano de 2019. Tal procedimento, está previsto no § 2º, artigo 68 do Decreto 93.872/1986, no qual estabelece que os restos a pagar inscritos na condição de não processados e que não forem liquidados são bloqueados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda em 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição. Em razão disso, o montante de cerca de R\$ 10,2 milhões em restos a pagar foi bloqueado, sendo que 94,75% desse total são saldos da unidade gestora UFPEL.

Ademais, grande parte desse montante (cerca de 9,4 milhões) são relativos a natureza de despesa de investimentos. Entretanto, empenhos inscritos em RAP Não Processados a Liquidar que atendam o § 4º e § 5º do art. 68 do Decreto 93.872/1986 podem ser desbloqueados, assim, a UFPEL desbloqueou cerca de R\$ 10 milhões até o final do exercício de 2021, sendo que 87,19% desse montante estão associados a natureza de despesa de obras e instalações. Já os cancelamentos de saldos de empenhos inscritos em restos a pagar não processados a liquidar atingiu o montante de cerca de R\$ 699 mil, o que corresponde a 2,04% do saldo total de empenhos inscritos em RAP não processados de 2021.

Na sequência, é demonstrado a tabela 24 com a composição dos saldos inscritos em Restos a Pagar **Processados**, segregado por unidade gestora executora e por grupo de despesa.

Tabela 24 – Restos a Pagar Processados composição R\$ 1,00

UG EXECUTORA	GRUPO DESPESA	2021			
		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.297.784,11		46.297.784,11	0,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.548.173,37	65.981,63	3.548.154,97	66.000,03
	INVESTIMENTOS	283.613,99	7.310,75	283.613,99	7.310,75
	Total	50.129.571,47	73.292,38	50.129.553,07	73.310,78
HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.305.398,09		2.305.398,09	0,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	616.917,87	24.390,78	619.579,87	21.728,78
	INVESTIMENTOS				
	Total	2.922.315,96	24.390,78	2.924.977,96	21.728,78
Total		53.051.887,43	97.683,16	53.054.531,03	95.039,56

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Os valores inscritos em RAP's Processados demonstram participação maior em relação aos Restos a Pagar não processados, devido ao saldo do grupo de despesas “Pessoal e Encargos Sociais”. Isso ocorre, por conta de uma alteração na rotina de emissão de ordens bancárias no início de 2019. Essa modificação sistêmica, acaba ocasionando morosidade no registro do pagamento da folha de pessoal de dezembro. Desse modo, mesmo com a folha de pessoal da



Ministério da Educação – MEC
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL
Pró-reitora Administrativa - PRA
Coordenação de Finanças e Contabilidade – CFC
Contadoria Geral - CONTGER

competência de dezembro paga no próprio mês, o atraso sistêmico em registrar o fato contábil acarreta em inscrição de valores em Restos a Pagar Processados no grupo de despesa de “Pessoal e Encargos Sociais”. Logo, o saldo foi baixado integralmente pelo registro do pagamento somente em janeiro de 2021, conforme demonstrado nas colunas de RAP's Processados Pagos e Restos Processados a Pagar.

A seguir é apresentada a tabela 25, que demonstra a distribuição do montante dos restos a pagar processados e não processados quanto ao ano de emissão de empenho.

Tabela 25 – Restos a Pagar Processados e Não Processados por ano de emissão de empenho composição R\$ 1,00

Ano Emissão de Empenho	2021			
	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC E N PROC)
2008	1.137,86	-	-	1.137,86
2009	18.743,65	-	-	18.743,65
2010	17.817,04	-	-	17.817,04
2011	239,90	-	-	239,90
2013	33.837,68	-	-	33.837,68
2014	574,50	-	-	574,50
2015	323,40	-	-	323,40
2016	118.554,39	117.762,39	-	792,00
2017	-	-	-	-
2018	600.428,69	56.504,80	543.296,26	627,63
2019	14.667.907,97	366.535,06	4.575.951,41	9.725.421,50
2020	72.057.929,19	158.893,06	66.180.238,81	5.718.797,32
Total	87.517.494,27	699.695,31	71.299.486,48	15.518.312,48

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Com base na tabela 25, podemos afirmar que do saldo aproximado R\$ 87,5 milhões de Restos a Pagar Inscritos (Processados e Não Processados) cerca de 81,47% já foram pagos, com destaque para os NE inscritos no ano de emissão de 2020, que em 2021 foram quitados mais de R\$ 66 milhões de saldo dos empenhos de 2020 inscritos em RAP's.

No entanto, dos R\$ 15,5 milhões de empenhos inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados na condição de "a pagar", 99,52% desse saldo referem-se a empenhos emitidos entre 2019 a 2020. Cabe destacar, que praticamente todos esses saldos são oriundos dos empenhos inscritos em Restos a Pagar **Não Processados**, já que o saldo de Restos a Pagar **Processados** corresponde apenas R\$ 95 mil, conforme já demonstrado na tabela 23.

Nos empenhos de anos de emissão 2008 a 2013 constata-se valores **em Restos a Pagar Processados a Pagar**, pendentes ainda de pagamento devido à ocorrência de processos judiciais. Alguns destes valores pendentes de quitação estão distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 30.387,50 para empresa Cisplatur Viagens e Turismo Ltda. processo judicial nº 5003470-92.2012.404.7110/RS;
- R\$ 7.310,75 para empresa Hana Engenharia Ltda. processo judicial nº 5001773-02.2013.404.7110/RS;
- R\$ 33.837,68 para Canguru Plásticos Ltda. processo judicial nº 5004054-28.2013.4.04.7110/RS;

Quanto aos estoques de RAP's inscritos, o órgão vem adotando medidas para diminuição dos mesmos. Neste sentido, ao final do exercício de 2018 foram canceladas aproximadamente R\$ 8,4 milhões de saldo de notas de empenhos emitidas nos anos que compreende 2010 a 2017, já em 2019 houve cancelamento de R\$ 5,8 milhões. Tal procedimento teve como principal razão a adequação ao Ofício-Circular 12/2018/GAB/SPO/SPO-MEC de 28 de fevereiro de 2018, que menciona a determinação contida no Acórdão 2823/2015-TCU-Plenário, solicitando justificativas para a manutenção dos estoques de Restos a Pagar.

Em 2020, com base no art. 68 do Decreto 93.872/1986 os saldos de empenhos emitidos em 2018 inscritos em Restos a Pagar foram bloqueados em 30 de junho de 2020. Após essa data, cerca de R\$ 203 mil de saldo de empenhos inscritos RAP's foram cancelados.

Em 2021, no dia 30/06/2021 os empenhos de 2019 inscritos e restos a pagar não processados a liquidar foram bloqueados, o que correspondeu a cerca de R\$ 10,2 milhões. Contudo, em virtude de alguns

empenhos de restos a pagar enquadrarem-se nos § 4º e § 5º do art. 68 do Decreto 93.872/1986, cerca de R\$ 10 milhões foram desbloqueados. Desse montante, aproximadamente 87,19% é referente a investimentos com obras e instalações como já mencionado anteriormente.

4.3 Notas Explicativas do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que tem por objetivo evidenciar as receitas e despesas extraorçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transfere para o início do exercício seguinte.

Nota 13 - Ingressos

A seguir, a tabela 26 evidencia as receitas orçamentárias classificadas quanto a categoria econômica, fonte de recursos, origem da receita e espécie da receita;

Tabela 26 – Receitas Orçamentárias – Composição R\$ 1,00

Categoria Econômica	Fonte Recursos	Origem Receita	Espécie Receita	2021		
				RECEITA ORÇAMENT. (BRUTA)	DEDUÇÕES DA RECEITA	RECEITA ORÇAMENT. (LÍQUIDA)
RECEITAS CORRENTES	DOAC.PESSOAS FISICAS E INSTIT.PUB.E PRIV.NAC.	TRANSFERENCIAS CORRENTES	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	32.800,00		32.800,00
	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	95,00		95,00
	REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	RECEITA PATRIMONIAL	EXPLORACAO PATRIMONIO IMOBILIARIO DO ESTADO	194.177,43	(15.723,65)	178.453,78
		RECEITA AGROPECUARIA	RECEITA AGROPECUARIA	18.190,00		18.190,00
		RECEITA INDUSTRIAL	RECEITA INDUSTRIAL			
		RECEITA DE SERVICOS	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	891.805,14	(2.056,40)	889.748,74
			OUTROS SERVICOS	160,00	(80,00)	80,00
		TRANSFERENCIAS CORRENTES	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	46.390,00	(32.800,00)	13.590,00
		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	MULTAS ADMINISTRAT., CONTRATUAIS E JUDICIAIS	157.803,39		157.803,39
			INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	153.311,89		153.311,89
			DEMAIS RECEITAS CORRENTES	36.380,00	(32.800,00)	3.580,00
	REC.VINC.A APLIC.EM OUTRAS POLITICAS PUBLICAS	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS			
	REC.VINC.A APLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	4.248,53		4.248,53

	RECURSOS DE CONVENIOS	TRANSFERENCIAS CORRENTES	TRANSF.DOS MUNICIPIOS E DE SUAS ENTIDADES			
	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	306,39		306,39
	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	RECEITA PATRIMONIAL	VALORES MOBILIARIOS	27.426,45		27.426,45
RECEITAS DE CAPITAL	REC.PROP.DECOR.ALIEN.BENS E DIR.DO PATR.PUB.	ALIENACAO DE BENS	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	2.400,00	(2.400,00)	0,00
	RECURSOS DE CONVENIOS	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	TRANSFERENCIAS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	12.403,30	(12.403,30)	0,00
			TRANSFER.DOS MUNICIPIOS E DE SUAS ENTIDADES			
Total				1.577.897,52	(98.263,35)	1.479.634,17

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

A tabela 26 demonstra as receitas orçamentárias arrecadadas diretamente pelo órgão, denominadas “receitas próprias”, não levando em consideração as transferências financeiras recebidas da setorial financeira do MEC para execução de despesas orçamentárias, que são mais bem evidenciadas no balanço financeiro, no grupo “Transferências Financeiras Recebidas”. Nesse sentido, a Receita Orçamentária Líquida apresenta aumento de 2,59% em 2021 em relação a 2020.

Quanto à destinação dessas receitas arrecadas, podemos afirmar que são integralmente vinculadas, ou seja, existe a vinculação entre a origem e aplicação do recurso. Dentre as arrecadações, as receitas da categoria econômica denominada “Receitas Correntes” representaram maior relevância, em especial, a receita de espécie “Serviços Administrativos e Comerciais Gerais”, que corresponde a 60,13% do total da Receita Orçamentária Líquida. Essas receitas, por sua vez, estão relacionadas principalmente com os ingressos financeiros oriundos de “taxa de inscrição em concursos e processos seletivos” e “serviços administrativos e comerciais gerais”, nos quais estão mais bem detalhados no Balanço Orçamentário no item “Receitas Correntes”.

Destaca-se a receita com multas administrativas, contratuais e judiciais, que apresenta aumento de 195,90% no ano de 2021 em comparação com 2020. Essa elevação teve como principal fator a aplicação de multa de aproximadamente R\$ 72 mil para a empresa prestadora de serviço especializado em construção civil, relativo ao contrato 19/2020, cujo objeto é a reforma do prédio que abriga o curso de teatro e dança da UFPEL.

As transferências financeiras recebidas refletem as movimentações entre Órgãos Federais da Administração direta ou indireta. A seguir, na tabela 27 detalha os movimentos financeiros por fonte de recursos destinados para atendimento da execução orçamentária.

Tabela 27 – Transferências Financeiras por fonte de recurso composição R\$ 1,00

Fonte Recursos	2021					
	REPASSE RECEBIDO	SUB-REPASSE RECEBIDO	TRANSF. RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	DEMAIS TRANSF. RECEBIDAS	MOVIMENT. DE SALDOS PATRIMONIAIS	TOTAL
NAO SE APLICA					1.102.027,31	1.102.027,31
RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	515.820.971,24	333.003,58	7.330.088,59	4.880,00		523.488.943,41
FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE			170.571,19			170.571,19
RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO		1.425,00	65.569,70			66.994,70
COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	4.714.849,90		146.175,85			4.861.025,75

TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TÍTULO - OUTRAS APLICAÇÕES			8.869.088,88	5.000,00		8.874.088,88
REC. PRÓPRIOS PRIMÁRIOS DE LIVRE APLICAÇÃO	10.800,28	8.244,97	1.371,54			20.416,79
RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	134.344.954,80	41.396.677,46	46.293,33			175.787.925,59
REC. DEST. ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL	853.147,63		20.986,78			874.134,41
CONTRIB. DO SERV. PARA O PLANO SEG. SOC. SERV. PUB.	36.583.673,18					36.583.673,18
CONTR. PATRONAL PARA O PLANO SEG. SOC. SERV. PUB.	53.430.845,00					53.430.845,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS			283.963,50			283.963,50
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS			86.090,00			86.090,00
REC. VINC. A APLIC. EM POLÍTICAS PUB. ESPECÍFICAS	1.277.600,68					1.277.600,68
RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICAÇÃO	88.234.251,83		269.936,46			88.504.188,29
Total	835.271.094,54	41.739.351,01	17.290.135,82	9.880,00	1.102.027,31	895.412.488,68

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Os saldos de valores recebidos por Transferências Financeiras em 2021 apresentam variação negativa de 1,73% em relação ao exercício anterior, o que corresponde a um decréscimo de aproximadamente R\$ 15,7 milhões. Esse grupo de contas representa a principal entrada financeira da UFPEL, cerca de 88,12% do total de ingressos monetários do órgão foram recebidos através de transferências financeiras no exercício de 2021.

Destaca-se a diminuição de 19,94% de transferências financeiras referente aos repasses de valores para pagamento de Restos a Pagar. Isso corresponde uma retração de aproximadamente R\$ 4,3 milhões em relação ao exercício de 2020. Tal fato, é atribuído, especialmente, a diminuição de pagamento de restos a pagar processados no período, o que pode ser observado no Balanço Orçamentário, em Restos a Pagar Processados.

Em relação a destinação da receita orçamentária recebida por transferências, 58,46% desse montante são de fontes de recursos ordinários, cuja alocação entre a origem e utilização dos mesmos é de livre aplicação, sem destinação específica, ou seja, não estão vinculadas a nenhum órgão ou programação específica.

A tabela a seguir evidencia os principais ingressos por Recebimentos Extraorçamentários e sua composição quanto ao grupo de despesa:

Tabela 28 – Recebimentos Extraorçamentários – Inscrições dos Restos a Pagar composição R\$ 1,00

Conta Contábil	Grupo Despesa	2021	2020	AH%
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.813.534,58	12.198.232,54	(76,93)
	INVESTIMENTOS	1.908.242,43	7.048.621,13	(72,93)
	Total	4.721.777,01	19.246.853,67	(75,47)
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	52.312.207,78	48.603.182,20	7,63
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.092.576,98	4.162.745,88	(25,71)
	INVESTIMENTOS	33.790,23	45.147,44	(25,16)
	Total	55.438.574,99	52.811.075,52	4,98
Total		60.160.352,00	72.057.929,19	(16,51)

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Os recursos extraorçamentários levam em considerações a inscrição dos restos a pagar. Esses, tem a função de compensar a despesa orçamentária imputada como realizada, porém, não paga no exercício de emissão do empenho, conforme dispõe o art. 103 da lei 4.320/1964. Logo, os valores que tratam dos recebimentos extraorçamentários em relação aos restos a pagar estão vinculados aos créditos orçamentários empenhados e créditos orçamentários liquidados a pagar.

Neste sentido, de acordo com a tabela 27, observa-se uma variação negativa de 16,51% em 2021, ou seja, ocorreu uma redução na inscrição Restos a Pagar de aproximadamente R\$ 11,8 milhões em relação ao

exercício de 2020. Desse montante, 92,15% do total dos recebimentos extraorçamentários estão relacionados com a inscrição de RP Processados, em especial, os créditos destinados a atender despesa com “Pessoal e Encargos Sociais”, que no período apresenta elevação de 7,63%, fato atribuído ao aumento no valor empenhado com essa natureza de despesa, já mencionado anteriormente na nota explicativa nº 11 - Despesa Orçamentária.

No que concerne a Inscrição de RP Não Processados, o valor correspondente a “outras despesas correntes” apresenta retração de 75,47% em 2021 em relação ao ano de 2020. Tal decréscimo está associado, principalmente, aos valores empenhados com locação de mão de obra (terceirizados) e outros serviços de pessoa jurídica (principalmente serviço de energia elétrica), que no exercício de 2020 computavam valor de aproximadamente R\$ 8,3 milhões e no exercício de 2021 esse valor reduziu para cerca de R\$ 1,3 milhão.

Nota 14 – Dispendios

Na tabela a seguir são demonstradas as despesas orçamentárias por fonte de recursos e ação de governo:

Tabela 29– Despesas orçamentárias composição R\$ 1,00

FONTE RECURSOS	AÇÃO GOVERNO		DESPESAS EMPENHADAS		
			2021	2020	AH%
RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	00P1	APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE	1.842.547,02	695.393,80	164,96
	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	43.244.872,90	86.018,65	50.173,83
	0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	1.437.958,90	1.177.070,03	22,16
	09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	81.558.336,72	79.192.834,22	2,99
	12OB	GESTAO DE PROJETOS PUBLICOS DE IRRIGACAO	-	822.216,81	(100,00)
	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	400,05	349.467,00	(99,89)
	20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	1.220.235,00	980.722,80	24,42
	20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	19.598,95	16.610,64	17,99
	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	46.149.912,53	34.779.730,49	32,69
	20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	316.066.615,31	372.923.989,01	(15,25)
	20U9	DESENVOLVIMENTO DE COMPETENCIAS DE AGENTES PUBLICOS	2.800,28	-	-
	212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	15.226.983,30	10.309.394,25	47,70
	216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	22.679,00	16.877,00	34,38
	219H	OPERACAO E MANUTENCAO DA BARRAGEM E DA ECLUSA DO CANAL SAO G	192.338,00	433.751,00	(55,66)



	21C0	ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAUDE PUBLICA DE IMPORTANCIA	-	2.577.437,02	(100,00)
	4002	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	10.763.413,00	8.102.078,00	32,85
	4086	FUNCIONAMENTO E GESTAO DE INSTITUICOES HOSPITALARES FEDERAIS	-	325.296,56	(100,00)
	4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	302.391,96	229.099,69	31,99
	8282	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E	2.313.967,00	-	-
	8872	APOIO A CAPACITACAO DE GESTORES E AGENTES SOCIAIS PARA O DES	-	120.000,00	(100,00)
FUNDO SOCIAL- PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	00P1	APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE	-	2.102.167,41	(100,00)
	8282	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E	-	3.061.116,00	(100,00)
RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	-	121.973,06	(100,00)
COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	00P1	APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE	4.526.720,48	-	-
	15R3	APOIO A CONSOLIDACAO, REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INST	-	1.500.000,00	(100,00)
	20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	363.546,22	-	#DIV/0!
TITULOS DE RESPONSAB.DO TN- OUTRAS APLICACOES	00P1	APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE	-	272.032,52	(100,00)
	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	-	50.164.893,09	(100,00)
	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	-	616.603,00	(100,00)
	2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	-	2.354.542,14	(100,00)
	20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	-	671.631,00	(100,00)
	20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	-	314.488,82	(100,00)
	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	-	21.694.592,85	(100,00)

	212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	-	5.298.602,71	(100,00)
	214S	ESTRUTURACAO E DINAMIZACAO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS - ROTAS	-	109.915,00	(100,00)
	216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	-	11.615,00	(100,00)
	219H	OPERACAO E MANUTENCAO DA BARRAGEM E DA ECLUSA DO CANAL SAO G	-	394.038,00	(100,00)
	21C0	ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAUDE PUBLICA DE IMPORTANCIA	-	29.668,00	(100,00)
	4002	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	-	5.576.206,00	(100,00)
	4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO	-	157.895,00	(100,00)
REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	00PW	CONTRIBUICOES A ENTIDADES NACIONAIS SEM EXIGENCIA DE PROGRAM	50.484,68	62.185,01	(18,82)
	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	1.854.245,10	2.002.346,53	(7,40)
	20U9	DESENVOLVIMENTO DE COMPETENCIAS DE AGENTES PUBLICOS	2.800,28	-	-
	20VF	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	8.000,00	-	-
RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	85.924.035,45	51.977.315,07	65,31
	0536	BENEFICIOS E PENSOES INDENIZATORIAS DECORRENTES DE LEGISLACA	409.386,49	463.436,52	(11,66)
	09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	7.146.831,90	6.190.419,36	15,45
	2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	7.313.264,61	5.323.466,99	37,38
	20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	32.243.304,64	31.453.080,95	2,51
	212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	1.308.131,71	983.889,25	32,96
	21C0	ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAUDE PUBLICA DE IMPORTANCIA	-	12.000.000,00	(100,00)
	2E79	EXPANSAO E CONSOLIDACAO DA ATENCAO BASICA (POLITICA NACIONAL	-	8.365,85	(100,00)

REC.DEST.ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL	219A	PISO DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	172.314,34	183.859,40	(6,28)
	21BF	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVACAO EM SAUDE	-	5.625.840,00	(100,00)
	21CE	IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	625.000,00	-	-
	8585	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A	148.332,83	136.797,59	8,43
CONTRIB.DO SERV.PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	36.583.673,18	51.524.142,35	(29,00)
CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	53.430.845,00	80.945.663,76	(33,99)
OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	2095	FOMENTO A PROJETOS DE IMPLANTACAO, RECUPERACAO E MODERNIZACA	-	283.963,50	(100,00)
OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	210T	PROMOCAO DA EDUCACAO DO CAMPO	-	86.090,00	(100,00)
RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	49.495,00	20.624,79	139,98
RECURSOS DE CONVENIOS	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	-	118.824,70	(100,00)
REC.VINC.A APLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS	00P1	APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE	1.277.600,68	4.651.941,61	(72,54)
RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	20.325.121,83	-	0,00
	15R3	APOIO A CONSOLIDACAO, REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INST	-	249.512,26	(100,00)
	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	199.501,33	1.800.000,00	(88,92)
	20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	67.909.130,00	-	-
	210T	PROMOCAO DA EDUCACAO DO CAMPO	500.000,00	200.000,00	150,00
	8282	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E	-	99.621,62	(100,00)
DOAC.PESSOAS FISICAS E INSTIT.PUB.E PRIV.NAC.	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	32.800,00	-	-
Total			842.769.615,67	863.981.353,68	(2,46)

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

De acordo com a tabela 29, as despesas orçamentárias apresentam retração de 2,46%, influenciadas principalmente pelos recursos vinculados, cuja variação negativa em 2021 é de 33,01% em relação à 2020.

O mesmo não ocorre com o montante das despesas ordinárias, no qual observa-se uma elevação da ordem de 18,20% em 2021.

Nesse sentido, as despesas orçamentárias empenhadas com recursos ordinários, ou seja, aquelas de livre aplicação, tem como principal ação de governo os ativos civis da união, que correspondem a 63,02% do total das despesas orçamentárias ao final de 2021. Nesta ação de governo específica, a natureza de despesa de maior relevância é vencimentos e vantagens fixas de pessoal (cerca de R\$ 368,2 milhões), registrando uma elevação de 3,24% no período, ou seja, um aumento de aproximadamente R\$ 11,5 milhões.

No que tange a ação de governo relacionadas com as “Aposentadorias e Pensões Civis da União”, cinco fontes de recursos distintas são utilizadas para financiar a referida ação de governo. Nesse sentido, a fonte de recursos livre da seguridade social responde por 35,87% das despesas com a ação de governo 0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União. Ademais, registra-se elevação de 65,31% em 2021 na utilização dessa fonte de recurso para pagamento da referida ação de governo. Esse aumento é associado a remuneração dos aposentados, que no ano anterior era financiada com os recursos da contribuição do servidor para o plano de seguridade social do servidor público e que no exercício de 2021, também passam a ser pagas, a maior parte, com a fonte denominada “recursos livres da seguridade social”.

Transferências Financeiras Concedidas

As transferências financeiras concedidas representaram 2,91% do dispêndio do Órgão e são impactadas principalmente pelas execuções orçamentárias, através dos sub-repasses concedidos entre as unidades gestoras da UFPEL e Hospital Escola. Em geral, a finalidade desses sub-repasses entre a UFPEL e o HE são para pagamento da folha de pessoal, visto que o recurso financeiro é recebido na unidade UFPEL e posteriormente sub-repassado ao Hospital Escola. Contudo, ocorre o equilíbrio financeiro, já que é uma operação entre contas do mesmo órgão como podemos observar no Balanço Financeiro, cujo valor de R\$ 41.739.351,01 é o mesmo para as contas “Sub-repasso Concedido” e Sub-repasso Recebido”.

Pagamentos Extraorçamentários

Os dispêndios extraorçamentários compreendem aqueles pagamentos que não se submetem ao processo da execução orçamentária. Dentre esses, os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores compreendem tais dispêndios e representam 7,04% do total do desembolso financeiro do órgão em 2021.

No tocante ao pagamento de Restos a Pagar Processados, destaca-se o montante de aproximadamente R\$ 53 milhões pagos no exercício de 2021. Desse montante, cerca de 91,61% está associado a inscrição de RAP's do grupo de despesa de “Pessoal e Encargos Sociais”. Isso ocorre devido alteração na rotina de emissão de ordens bancárias estabelecida ao final do exercício 2018. Em vista disso, o registro de pagamento da folha de pessoal da competência de dezembro de 2020 é refletido em janeiro de 2021, como já mencionado em notas explicativas anteriores.

Nos desembolsos relacionados ao Restos a Pagar Não Processados, estes registraram redução de 6,03% ao final de 2021 em relação ao mesmo período de 2020. Isso é atribuído, em geral, a um menor recebimento de repasse financeiro no período, já que o montante liquidado de Restos a Pagar Não Processados em 2021 e 2020 são praticamente equivalentes.

Resultado Financeiro

Segundo a lei 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstrará as receitas e despesas orçamentárias, bem como recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentárias, conjugados com os saldos em espécie do exercício anterior e os que se transfere para o exercício seguinte. Com base nesse conceito, o resultado financeiro apresentado no Balanço Financeiro no encerramento 2021 foi deficitário em R\$ 2.132.614,81. No entanto, este resultado não deve ser entendido como déficit financeiro do período, pois esta apuração é obtida no Balanço Patrimonial.

3.4 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 15 - Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

As Variações Patrimoniais Aumentativas no ano de 2021 totalizaram um montante aproximado de R\$ 996,7 milhões. Esse montante é 5,03% superior ao do mesmo período do ano anterior. Essa elevação, pode ser atribuída, principalmente, pelo ganho com a desincorporação de passivos no montante de R\$ 71,1 milhões, que no período, corresponde a uma alta de 112,27% ao final de 2021 em relação ao ano de 2020.

A desincorporação de passivo supracitada, está relacionada, especialmente, com a prestação de contas de três Termos de Execução Descentralizada (TED) firmados junto ao Fundo Nacional da Saúde em 2013, pelo montante aproximado de R\$ 24 milhões. Esses instrumentos têm como objetivo o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, por meio da educação e formação em saúde, fomentando o desenvolvimento de metodologias e tecnologias educacionais, bem como expandindo e consolidando a estratégia da saúde da família através de pesquisa sobre a atenção básica.

Além disso, destaca-se também a desincorporação de passivo originado do TED junto ao Ministério da Saúde no montante de R\$ 12 milhões para o estudo de prevalência de infecção por COVID-19 no Brasil, que contribuiu para o aumento da VPA com desincorporação de passivo, dentre outras TED's em que tiveram suas prestações de contas aprovados e concluídas. Assim, considerando que o montante aproximado de R\$ 71,1 milhões estava registrado no balanço patrimonial no passivo em "Demais Obrigações a Curto Prazo", ao baixar o valor pela comprovação da aplicação dos recursos ocasionou um registro de VPA de ganho com desincorporação de passivos.

Dentre o grupo de contas contábeis de maior representatividade na VPA, pode-se destacar "Transferências e Delegações Recebidas", que perfaz um montante aproximado de R\$ 923 milhões, ou seja, representa aproximadamente 92,66% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas. Neste grupo são registrados os valores financeiros recebidos através de repasse e sub-repasses dos órgãos vinculados ao MEC e de outros ministérios do governo federal, refletindo contabilmente na conta "Caixa e Equivalente de Caixa" no Balanço Patrimonial (BP) e viabilizando os pagamentos das despesas orçamentárias e extraorçamentárias do órgão no decorrer do exercício.

Também podemos salientar neste grupo de contas, as "Transferências Intragovernamentais" que são oriundas de repasses e sub-repasses recebidos para execução da despesa orçamentária. A seguir é apresentada a tabela com a composição desse grupo de contas por unidade gestora executora:

Tabela 30 – Transferências Intragovernamentais por Unidade Gestora Executora – composição R\$ 1,00

Unidade Gestora Executora	2021	2020	AH(%)
UG 154047 Fundação Universidade Federal de Pelotas	845.863.094,39	858.559.438,75	-1,48
UG 154145 Hospital Escola da UFPEL	49.549.394,29	52.631.560,97	-5,86
Total	895.412.488,68	911.190.999,72	-1,73

Fonte: SIAFI 2021.

De acordo com a tabela 30, a maior parte das Transferências Intragovernamentais concentra-se na unidade gestora da UFPEL, representando 94,46% do total das receitas recebidas com transferências, enquanto a unidade gestora Hospital Escola representa apenas 5,54% ao fim do exercício de 2021. Tais transferências geram contrapartida na conta contábil do ativo no BP, denominada "Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento", que são segregados em diversas fontes de recursos para atender despesas de custeio, pagamento de pessoal, contribuições previdenciárias, investimentos e dentre outras despesas obrigatórias e discricionárias do órgão.

A unidade gestora Hospital Escola apresentou diminuição de 5,86% de recebimento de Transferências Intragovernamentais no exercício de 2021. Isso pode ser justificado pela implementação integral da gestão da EBSEH, na qual passa a receber recursos orçamentários diretamente na sua Unidade Gestora para fazer frente aos compromissos, que até então, eram da gestão do Hospital Escola (HE). Contudo, algumas despesas contratuais ainda são executadas no âmbito da unidade gestora do HE, bem como gastos com a folha de pessoal, que ainda são pagas pelo Hospital Escola da UFPEL.

Na tabela 31 é apresentado o grupo das principais contas que compõe o grupo de Transferências e Delegações Recebidas:

Tabela 31 – Transferências e Delegações Recebidas – Composição – R\$ 1,00

CONTA CONTÁBIL	2021	2020	AH%
REPASSE RECEBIDO	835.271.094,54	846.061.712,85	(1,28)
SUB-REPASSE RECEBIDO	41.739.351,01	42.286.768,77	(1,29)
DOACOES/TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	28.083.074,52	2.538.500,90	1.006,29
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	17.290.135,82	21.597.588,89	(19,94)
MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	1.102.027,31	1.244.373,53	(11,44)
TRANSF. INSTIT. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	32.800,00	-	-
TRANSF. INSTIT. PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	13.590,00	-	-
DEMAIS TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	9.880,00	555,68	1.678,00
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	-	118.824,70	(100,00)
Total	923.541.953,20	913.848.325,32	1,06

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Em relação à tabela 31, a conta “Repassse Recebido” é a principal conta no grupo de “Transferências e Delegações Recebidas”, representando 90,44% dos valores recebidos. Grande parte deste montante corresponde a importâncias oriundas da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC. Tais recursos financeiros, impactam a conta “Caixa e Equivalente de Caixa” no Balanço Patrimonial, de modo a viabilizar o pagamento de despesas discricionárias e obrigatórias do Órgão.

No encerramento de 2021, o “Repassse Recebido” registrou diminuição de 1,28% em relação à 2020, gerando variação negativa de aproximadamente R\$ 10,7 milhões. No mesmo sentido, o grupo de contas “Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar” apresentou retração de 19,94% em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal diminuição, pode ser justificada principalmente, pela diminuição de repasses financeiros para unidade gestora do Hospital Escola, que no exercício de 2020 apresentava valores significativos de Restos a Pagar e com a assunção da gestão plena da EBSEH, as despesas discricionárias são transferidas para a referida empresa. Com isso, houve diminuição de execução de restos a pagar na unidade do Hospital Escola, por conseguinte, observa-se uma redução de aproximadamente R\$ 2,5 milhões nos recebimentos financeiros para pagamento de restos a pagar em 2021 em relação ao mesmo exercício do ano anterior.

No que tange o grupo de contas “Doação/Transferências Recebidas” houve variação positiva de 1.006,29% em 2021 em relação ao ano anterior. Essa forte elevação é influenciada, em especial, pela regularização contábil de uma obra em andamento no valor aproximado de R\$ 21,8 milhões (bloco 3 da oncologia) que estava em execução na unidade do Hospital Escola e que ao seu término foi transferido o saldo contábil para unidade gestora da UFPEL, já que o imóvel reformado pertence a essa unidade gestora. Esse registro impacta também a Variação Patrimonial Diminutiva de Doações/Transferências Concedidas cuja contrapartida é a baixa do Ativo Imobilizado na unidade gestora do Hospital Escola para posterior registro do bem imóvel na unidade gestora da UFPEL.

Além disso, existe volume significativo de doações recebidas das fundações de apoio, que durante ou no término de convênios firmados junto a UFPEL para desenvolvimento de projetos e pesquisas, repassam os bens adquiridos à concedente dos recursos. Esses ativos são compostos de bens de consumo, máquinas, equipamentos, entre outros.

Ademais, integram aos saldos de doações recebidas, os valores dos bens oriundos de comodatos, passando a ser evidenciados em contas do ativo imobilizado em contrapartida as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA). Em 2021, os bens recebidos em comodatos perfizeram um montante de aproximadamente R\$ 873 mil, sendo que 61,24% desse montante é oriundo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Nota 16 - Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) atingiram um montante de cerca de R\$ 947,7 milhões no ano de 2021, isso é 0,96% menor do que o valor apurado no ano de 2020. Como principais diminuições de VPD's observadas em 2021, pode-se destacar o grupo de contas "Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos", que apresentou uma variação negativa de 61,20% no período se comparado com 2020. Esse fato teve como principal influência, a diminuição do recebimento de repasses financeiros decorrentes de Termo de Execução Descentralizada (TED), que impactam a VPD de "Incorporação de Passivos".

Assim, sempre que há o recebimento do repasse financeiro para atender esses instrumentos há o registro na conta de "Incorporação de Passivos" em contrapartida com a conta "Transferências Financeiras a Comprovar" do Balança Patrimonial. Nesse sentido, esse reflexo contábil no Balanço Patrimonial pode ser verificado na conta "Demais Obrigações a Curto Prazo" cuja redução é de 25,85% no exercício de 2021.

No que tange às VPD's relacionadas com "Pessoal e Encargos Sociais", bem como aquelas que registram a despesas com "Benefícios Previdenciários e Assistenciais" apresentam elevação no ano de 2021 de 1,79% e 1,49% respectivamente. Esses dois grandes grupos de contas são descritos na sequência.

A tabela 32 demonstra a VPD com as contas contábeis mais representativas do grupo Pessoal e Encargos Sociais:

Tabela 32 – VPD Pessoal e Encargos Sociais composição R\$ 1,00

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2021	2020	AH%
GRATIFICACOES	161.057.681,58	156.380.149,55	2,99
VENCIMENTOS E SALARIOS	154.500.049,12	153.740.986,05	0,49
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS - INTRA	88.682.204,87	85.229.710,89	4,05
FERIAS - RPPS	39.213.200,56	38.323.334,64	2,32
13. SALARIO - RPPS	30.053.523,21	29.584.138,34	1,59
AUXILIO ALIMENTACAO	14.035.339,10	14.085.283,66	-0,35
SENTENCAS JUDICIAIS - PESSOAL ATIVO RPPS	12.499.267,72	9.867.659,88	26,67
OUTRAS VPD'S PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.822.027,77	28.406.427,64	-12,62
Total	524.863.293,93	515.617.690,65	1,79

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

De acordo com a tabela 32, o grupo de contas "Pessoal e Encargos Sociais" registrou variação positiva de aproximadamente R\$ 9,2 milhões no período em relação ao exercício anterior. Esse aumento foi influenciado principalmente, pela elevação do saldo de VPA com Gratificações, que registra alta de 2,99% em comparação com ano anterior.

Nesse sentido, a VPD com Gratificações torna-se a mais representativa do grupo, com 30,69% do valor total dos gastos com Pessoal e Encargos Sociais. As Gratificações englobam as funções por exercício de cargo, por exercício de funções, tempo de serviço, incentivo a qualificação, exercício de cargo em comissão entre outras. Dentre elas, a Retribuição por Titulação (RT) é a rubrica mais significativa que compõe essa VPD, somando um montante de aproximadamente R\$ 135 milhões no período. As gratificações RT são aquelas devidas aos docentes da carreira do Magistério Superior em conformidade com a jornada de trabalho, classe, nível e titulação comprovada.

Outro grupo de contas que impacta significativamente as Variações Patrimoniais Diminutivas, é "Benefícios Previdenciários e Assistências. Tal grupo de contas, representa 25,49% das VPD's incorridas no ano de 2021, com montante de aproximadamente R\$ 254 milhões.

A seguir é apresentada a tabela 33, com as principais contas que compõe o saldo do grupo "Benefícios Previdenciários e Assistências" ao final do exercício de 2021.

Tabela 33 – VPD Benefícios Previdenciários e Assistências composição R\$ 1,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTÊNCIAIS	2021	2020	AH%
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	161.967.633,57	159.366.689,51	1,63
GRATIFICACOES	18.004.251,15	18.508.570,97	-2,72
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL16/91	15.288.563,49	15.158.072,70	0,86
SENTENCAS JUDICIAIS - APOSENTADORIAS RPPS	15.418.075,60	15.990.414,18	-3,58
PENSOES CIVIS	31.802.260,35	28.792.091,49	10,45
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS	2.701.218,01	2.549.221,62	5,96
SENTENCAS JUDICIAIS - PENSOES RPPS	712.199,06	1.754.921,89	-59,42
PENSOES INDENIZATORIAS - LEGISLACAO ESPECIAL	409.386,49	463.436,52	-11,66
AUXILIO FUNERAL	419.760,18	306.182,06	37,09
AUXILIO NATALIDADE	30.655,13	39.555,00	-22,50
ASSISTENCIA A SAUDE	7.312.699,31	7.419.767,56	-1,44
Total	254.066.702,34	250.348.923,50	1,49

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Com base na tabela 33, esse grupo de VPD apresenta elevação de 1,49% ao fim do exercício de 2021, o que corresponde uma variação líquida positiva de aproximadamente R\$ 3,7 milhões em relação ao exercício anterior. Essa elevação foi influenciada, em especial, pela conta de “Pensões Civis” com variação positiva de 10,45% em 2021 em comparação com 2020. Isso é reflexo do aumento de pensionistas no exercício de 2021, que somaram cerca de 408 no período, enquanto que no exercício de 2020 eram 375, aumento de 8,8% no período de 2020 para 2021.

Ademais, constata-se variação positiva de 1,43% na VPD de Proventos – Pessoal Civil, correspondendo a um impacto de cerca de R\$ 2,6 milhões ao final de 2021 em comparação com mesmo período do exercício anterior. Nessa VPD, grande parte dos valores relativo ao grupo dos aposentados recaem nas rubricas de Provento Básico (R\$ 99,8 milhões) e na Retribuição Por Titulação Aposentado (R\$ 34,4 milhões).

Dentre as rubricas elencadas na tabela 32, pode-se destacar o auxílio funeral, que ao final de 2021 apresentou elevação de 37,09% em relação ao ano de 2020. Cabe ressaltar que o auxílio funeral é pago em decorrência do art. 226 da Lei 8112/1990. Esse dispositivo legal, prevê pagamento à família do servidor falecido ativo ou aposentado, em valor equivalente a um mês da remuneração ou provento, podendo ser pago a terceiros que comprovadamente custearam as despesas com o funeral do servidor.

Nesse sentido, ao final de 2021 foram registrados 52 pagamentos de auxílio funeral totalizando cerca de R\$ 419 mil, enquanto que no exercício de 2020 foram registrados 32 pagamentos totalizando cerca de R\$ 306 mil. Isso, corresponde a uma elevação 62,5% no número de pagamentos efetuados até o exercício de 2021 em comparação com o ano anterior.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

O grupo de contas contábeis “Uso de Bens, Serviços e Cons. de Capital Fixo”, compreende o somatório das Variações Patrimoniais Diminutivas com manutenção e operação do órgão, excetuando as despesas com pessoal e encargos, que são registradas em grupos específicos, como já demonstradas anteriormente na presente nota explicativa.

Nessa perspectiva, o montante com VPD relacionado a “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo” em 2021 foi de aproximadamente R\$ 60,3 milhões. Esse saldo é 3,91% menor do que o computado em 2020, sendo influenciado principalmente pelas VPD's de serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, cuja retração foi de 8,59% se comparado com mesmo período do ano anterior.

A seguir é apresentada a tabela com o saldo contábil das principais contas que compõe o grupo “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo” nos exercícios de 2021 e 2020.

Tabela 34 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – composição R\$ 1,00

VPD - BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE BENS DE CAPITAL	2021	2020	AH%
SERVICOS DE APOIO ADM, TECNICO E OPERACIONAL	29.514.882,33	32.290.141,31	(8,59)

FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	8.109.600,06	6.606.117,16	22,76
SENTENCAS JUDICIAIS - SERVICOS TERCEIROS - PF	6.241.693,84	4.367.543,92	42,91
MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO	4.847.781,40	6.806.530,40	(28,78)
SERV.AGUA E ESGOTO,ENER.ELETR.,GAS E OUTR.-PJ	3.915.295,30	4.444.292,28	(11,90)
LOCACAO E ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL	3.240.119,86	3.740.884,74	(13,39)
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	908.428,63	832.792,72	9,08
SERVICOS COMUNICACAO, GRAFICO E AUDIOVISUAL	832.705,50	615.665,30	35,25
SERV.AGUA ESGOTO,ENER.EL.,GAS E OUTR.-PJ-MUN	713.395,65	358.809,52	98,82
OUTRAS VPD'S - SERV., BENS E CONS. DE BENS DE CAPITAL	2.020.463,88	2.737.727,48	(26,20)
Total	60.344.366,45	62.800.504,83	(3,91)

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

De acordo com a tabela 34, as contas elencadas alternam entre retrações e elevações no período, ocasionando uma variação negativa líquida aproximada de R\$ 2,4 milhões no exercício de 2021 em relação à 2020. A VPD relacionada com Serviço de Apoio Administrativo Técnico e Operacional contribuiu para redução de saldo desse grupo de VPD. Nesse sentido, as despesas atreladas a locação de mão de obra foram responsáveis pela diminuição, dado que em 2020 o saldo liquidado com essa natureza de despesa foi de R\$ 15,1 milhões, enquanto que em 2021 esse valor reduziu para R\$ 12,6 milhões.

No que tange a Variação Patrimonial Diminutiva com “Fornecimento de Alimentação”, registra-se elevação de 22,76%, que está associada ao sexto aditivo ao contrato 02/2018, cujo objeto é a prestação de serviços de alimentação coletiva efetuada junto aos Restaurantes Universitários da UFPEL. O referido contrato, em seu sexto aditivo teve os valores de seus objetos reajustado em 4,54%.

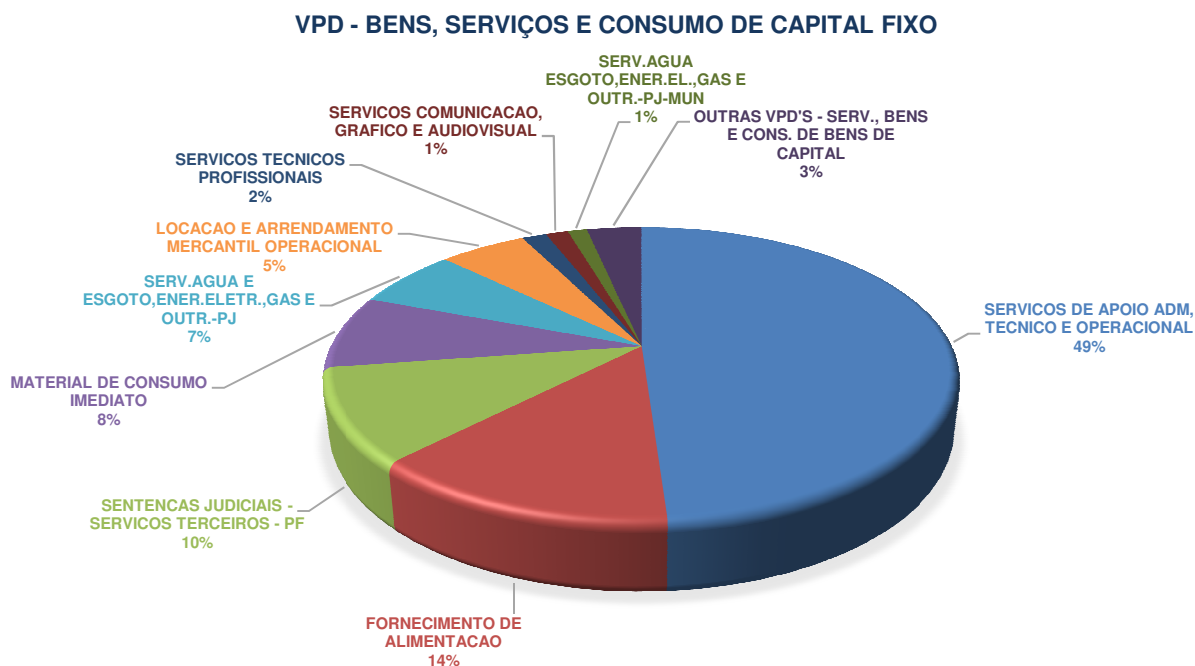
Em relação ao aumento de 42,91% com a VPD de “Sentenças Judiciais Serviços de Terceiros – PF”, teve como fator principal, o registro contábil do valor dos precatórios alimentares efetuado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cujo pagamento está previsto para o exercício de 2022.

Dentre as VPD's que registraram diminuição, pode-se destacar a VPD com “Material de Consumo Imediato”, cuja retração é de 28,78% no ano de 2021 em comparação ao exercício anterior. Essa diminuição líquida de aproximadamente R\$ 1,9 milhão está atrelada, principalmente, com a redução do consumo de material químico (menos R\$ 720 mil em 2021), material de proteção e segurança (menos R\$ 570 mil em 2021) e material de coudelaria e/ou de uso zootécnico (menos R\$ 299 mil em 2021).

Destaca-se ainda, a diminuição de 11,90% da VPD com “Serviços de Água, esgoto, energia elétrica, gás entre outros – PJ”. Nessa conta contábil, que consolida diversos serviços, os valores preponderantes são de consumo de energia elétrica. Desse modo, em virtude da pandemia da COVID-19, grande parte das atividades de ensino pesquisa extensão não estão sendo executadas nas instalações da UFPEL. Tal situação contribuiu para redução do consumo de energia elétrica, gerando uma economia de cerca de R\$ 528 mil ao término de 2021 se comparado com o ano anterior.

A seguir é apresentado o gráfico 03, que demonstra as principais contas que compõe a VPD de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo no exercício de 2021:

Gráfico 3 - Principais VPD's do exercício de 2021



Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Nota 17 - Resultado Patrimonial do Período

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio em cada exercício financeiro, isto é, evidencia as alterações nos bens, direitos e obrigações do órgão utilizados para a consecução das suas políticas públicas e indica o resultado patrimonial do exercício, que é agregado ao Patrimônio Líquido - PL no grupo de "Resultados Acumulados" do item Resultado do Exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida (aumentativa ou diminutiva) dos registros realizados no Balanço Patrimonial, que aumentam ou diminuem o patrimônio, à exceção dos fatos permutativos e dos ajustes de exercícios anteriores (que têm como contrapartida o PL, sem passar pelo resultado).

Ao término do ano 2021, a UFPEL apresentou um resultado patrimonial positivo de R\$ 49 milhões, em função das variações patrimoniais diminutivas (desincorporações de ativos e incorporações de passivos) terem sido inferiores às variações patrimoniais aumentativas (incorporações de ativos e desincorporações de passivos).

Tabela 35 – DVP: Resultado patrimonial do período R\$1,00

Demonstração Variações Patrimoniais	2021	2020	AH%
Variações Patrimoniais Aumentativas	996.714.593,11	948.965.475,17	5,03
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	947.713.460,72	(956.867.448,34)	(0,96)
Resultado Patrimonial do Período	49.001.132,39	(7.901.973,17)	-720,11

Fonte: SIAFI 2021.

A tabela 35 indica que a elevação na Variação Patrimonial Aumentativa é de 5,03% enquanto que a Variação Patrimonial Diminutiva registrou decréscimo de 0,96%. Logo, o resultado patrimonial positivo foi influenciado principalmente pelo ganho com desincorporação de passivo à medida que as prestações de contas dos Termos de Execução Descentralizada foram sendo registradas as comprovações de aplicação do recurso recebido conforme informado anteriormente.

3.5 Notas Explicativas da Demonstração Dos Fluxos De Caixa – DFC

Nota 18 - DFC: Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

A União, por adotar o princípio da unidade de caixa (Conta Única), tem a geração líquida de caixa e equivalente de caixa apresentada na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

Neste contexto, a geração líquida de caixa e equivalente de caixa gerada nas atividades de Operações, Investimento e Financiamento foi negativa em R\$ 2,1 milhões ao final de 2021. Com isso, a geração líquida de caixa variou positivamente em 1.138,05% em relação ao exercício anterior. A seguir, é demonstrado a tabela 36 com os saldos iniciais e finais de caixa e equivalente de caixa.

Tabela 36 - Geração de Caixa e Equivalente de Caixa – Saldo Inicial e Final composição R\$ 1,00

Atividades	2021	2020	AH%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	6.581.602,81	10.937.826,97	-39,83
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-8.714.217,62	-11.110.082,48	-21,56
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	-2.132.614,81	-172.255,51	1.138,05

Fonte: SIAFI 2021.

De acordo com a tabela 36, a geração líquida de caixa negativa é de aproximada de R\$ 1,9 milhão superior ao mesmo período do ano anterior. Nesse sentido, destaca-se como principal fator dessa variação, a diminuição no fluxo de caixa das atividades operacionais, que reduziu de R\$ 10,9 milhões em 2020 para R\$ 6,5 milhões em 2021.

Nesse sentido, os ingressos oriundos dos fluxos de caixa das atividades de operações registraram uma diminuição de 1,7%, que é justificado pelos valores com “Outras Transferências Recebidas”, dado que a redução é de R\$ 15,7 milhões nesse grupo de contas ao término de 2021 em comparação com o ano anterior. Isso é atribuído, em especial, aos repasses financeiros recebidos do Ministério da Saúde no montante de R\$ 12 milhões, que posteriormente eram transferidos para Fundação de Apoio para serem aplicados no desenvolvimento da pesquisa emergencial contra a COVID-19. Considerando que os repasses financeiros para pesquisa cessaram em 2020 e que não houve novos recebimentos de repasses em 2021 para financiar o estudo, houve diminuição em 1,73% o valor total com Transferências Financeiras Recebidas, bem como em 95,01% com outras transferências concedidas.

Na sequência, são apresentadas as atividades que contribuem para a formação de caixa do órgão.

Atividades operacionais: compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

Atividades de investimento: estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão, por tratar-se de investimentos. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>).

Atividades de financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Nota 19 – DFC: Ingressos

Dos ingressos, o grupo de conta denominado “Outros Ingressos Operacionais” contribuem com 99,84% das entradas de caixa, perfazendo um montante aproximado de R\$ 896 milhões em 2021. Esse valor, apresentou diminuição de 1,70% em relação ao ano de 2020. Entre as contas que compõe esse grupo, podemos salientar as “Transferências Financeiras Recebidas” cujos ingressos, de maneira geral, são oriundos da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC e dos demais órgãos da Administração Pública, destinadas para pagamentos de despesas orçamentárias e extraorçamentárias (Restos a Pagar) do ano corrente, bem como de compromissos de exercícios anteriores.

A seguir, é apresentada a tabela 37 elencando as receitas denominadas “próprias”, ou seja, aquelas que são arrecadadas diretamente pelo órgão:

Tabela 37 - Receitas Originárias e Derivadas composição R\$ 1,00

RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	2021	2020	AH%
Receita Patrimonial	178.453,78	202.306,96	-11,79
Receita Agropecuária	18.190,00	13.640,00	33,36
Receita Industrial	-	380	-
Receita de Serviços	889.828,74	1.001.413,57	-11,14
Remuneração das Disponibilidades	27.426,45	21.760,77	26,04
Outras Receitas Derivadas e Originárias	319.345,20	83.901,05	280,62
Transferências Recebidas	46.390,00	118.824,70	-60,96
TOTAL	1.479.634,17	1.442.227,05	2,59

Fonte: SIAFI 2021.

Na tabela 37, estão demonstrados os ingressos provenientes de receitas denominadas “próprias” da UFPEL, que impactam o caixa e equivalente de caixa no exercício de 2021. Essas entradas de caixa registram aumento de 2,59% em comparação com o exercício anterior. Tal acréscimo foi influenciado, principalmente, pelo aumento de 280,62% com Outras Receitas Derivadas e Originárias. Nesse grupo, destaca-se os recebimentos de valores oriundos de multas e juros previstos e contratos, que no término do exercício de 2021 registrou R\$ 157 mil em arrecadação, enquanto que no exercício de 2020 esse valor foi de R\$ 53,3 mil.

Já a conta “Transferências Recebidas” apresenta redução de ingressos da ordem de 60,96% no ano de 2021 em comparação com 2020. Destaca-se, que os valores preponderantes registrados nessa conta até o fim do exercício anterior são decorrentes de transferências recebidas do município de Pelotas em função de convênio firmado para ações conjuntas visando prestação de serviços odontológicas aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), com previsão de repasses mensais de R\$ 9 mil para UFPEL. Contudo, até o final do exercício de 2021 não há registro de transferências recebidas do município de Pelotas.

Nota 20 – Desembolsos

Os desembolsos na Demonstração do Fluxo de Caixa são apresentados pela função¹ de governo e não pelo elemento de despesa (categoria econômica) como ocorre no Balanço Orçamentário.

Assim, com base nesse conceito, ao final do exercício de 2021 os desembolsos das atividades operacionais (Pessoal e Demais Despesas + Transferências Concedidas + Outros Desembolsos) totalizam cerca de R\$ 891 milhões, o que corresponde a uma redução de 1,23% em relação ao ano de 2020. Desse montante, destacam-se os desembolsos relacionados com a função Educação, que representa 56,35% das saídas de caixa e equivalente de caixa, bem como previdência social, representando 26,43% dos desembolsos das atividades operacionais ao término de 2021.

¹ A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Reflete a competência institucional do órgão, como, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios. Há situações em que o órgão pode ter mais de uma função típica, considerando-se que suas competências institucionais podem envolver mais de uma área de despesa. Nesses casos, deve ser selecionada, entre as competências institucionais, aquela que está mais relacionada com a ação. Portaria Interministerial SOF/STN nº 163/2001 e Manual Técnico de Orçamento. <http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoesorcamentarias/mt0>

A seguir é apresentada a tabela 38 com os desembolsos incorridos nos fluxos de caixa das atividades operacionais:

Tabela 38 – Desembolsos das Atividades Operacionais

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020	AH%
DESEMBOLSOS	-891.002.518,35	-902.147.907,71	-1,24
Pessoal e Demais Despesas	-748.595.098,57	-744.824.371,58	0,51
Administração	-13.600,56	-	-
Previdência Social	-238.416.477,55	-234.800.450,06	1,54
Saúde	-406.643,18	-6.619.586,30	-93,86
Educação	-508.314.603,72	-502.659.637,70	1,13
Organização Agrária	0,00	-150.000,00	
Gestão Ambiental	-740.459,46	-131.260,98	464,11
Ciência e Tecnologia	-283.963,50	-	-
Encargos Especiais	-419.350,60	-463.436,52	-9,51
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-0,02	-
Transferências Concedidas	-96.599.433,96	-112.763.733,07	-14,33
Intragovernamentais	-95.600.560,23	-92.735.697,75	3,09
Outras Transferências Concedidas	-998.873,73	-20.028.035,32	-95,01
Outros Desembolsos Operacionais	-45.807.985,82	-44.559.803,06	2,80
Dispendios Extraorçamentários	-203.690,08	-245.388,48	-16,99
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-2,00	-
Transferências Financeiras Concedidas	-45.604.295,74	-44.314.412,58	2,91

Fonte: SIAFI 2021.

Dentre os desembolsos elencados na tabela 38, destaca-se “Gestão Ambiental” que demonstra elevação de 464,11% no período em relação ao ano de 2020. Isso é atribuído, em especial, pelo valor dos desembolsos com serviços técnico e operacional para manutenção das atividades da Barragem da Eclusa do Canal São Gonçalves.

Já os desembolsos das atividades operacionais na função “Saúde” registraram retração de 93,86%, gerando impacto de aproximadamente R\$ 6,2 milhões no exercício 2021. Tal diminuição, está associada aos desembolsos com a atenção básica de saúde decorrentes de repasses financeiro a Fundação Delfin Mendes Silveira, sobretudo para desenvolvimento de pesquisas sobre a COVID-19, bem como pesquisas relativas a atividades físicas. Considerando que esses repasses são efetuados por meio de convênio e que grande parte do valor pactuado em 2020 era referente a pesquisa da COVID-19, o qual foi integralmente transferido, assim, até o término do ano de 2021 efetuou-se repasses financeiros de valores menores para cumprimento de convênios menos dispendiosos junto a fundação de apoio.

Sobre a função “Educação”, destaca-se a elevação de 1,13% com desembolsos no ano 2021 em relação ao exercício de 2020, um acréscimo de cerca de R\$ 5,6 milhões. Pode-se detalhar os desembolsos por subfunção, o que representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e evidencia cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se agrupam em torno das funções.

A tabela 39 demonstra os desembolsos por subfunções que compõe a função de educação:

Tabela 39 - Subfunções da função educação composição R\$ 1,00

Função Governo	SUBFUNÇÃO GOVERNO	2021	2020	AH%
EDUCACAO	ADMINISTRACAO GERAL	27.226,00	748.835,42	(96,36)
	FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	568.483,12	107.072,00	430,94
	ATENCAO BASICA	22.513.073,65	7.430.854,85	202,97
	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	32.101.946,89	32.719.779,89	(1,89)
	PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	1.355.062,36	16.771.530,11	(91,92)
	ENSINO SUPERIOR	451.287.170,89	444.841.926,41	1,45
	EDUCACAO BASICA	461.640,81	39.639,02	1.064,61



TOTAL	508.314.603,72	502.659.637,70	1,13
--------------	-----------------------	-----------------------	-------------

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

Com base na tabela 39, é possível conhecer os desembolsos relacionado aos fluxos de caixa das atividades operacionais por subfunção. A subfunção é a partição da função e, de modo geral, combina-se com a função típica da área ou do setor, embora não se restrinja a ela. Tendo em vista que a UFPEL é um órgão que desempenha atividades do ensino, pesquisa e extensão, seus desembolsos na função educação concentram-se na subfunção ensino superior. Assim, essa subfunção representa 88,78% do total dos desembolsos com a função educação.

No que tange a subfunção governo “Proteção e Benefícios ao Trabalhador”, os desembolsos efetuados apresentaram retração de 91,92% ao final do exercício de 2021 em relação ao ano de 2020. Essa retração de aproximadamente R\$ 15,4 milhões é atribuída particularmente ao pagamento da rubrica de auxílio alimentação (cerca de R\$ 12,9 milhões), que em 2020 eram pagos através da subfunção “Proteção e Benefícios ao Trabalhador” e que em 2021 são pagos através da subfunção “Atenção básica”. Em vista disso, a subfunção “Atenção Básica” registra aumento de 202,97% no ano de 2021 em comparação com 2020.